



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 481/2012

Regulamenta o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD.

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, baseado no modelo internacional D.A.R.E (*Drug Abuse Resistance Education*), a ser desenvolvido na rede de ensino público e privado do Estado do Paraná e em entidades interestaduais, bem como em forma de orientação para pais, mediante realização de ações preventivas e cooperativas entre a Polícia Militar e demais entes envolvidos com o programa.

Parágrafo único. A metodologia utilizada para desenvolvimento do PROERD poderá ser dirigida a séries do ensino fundamental e séries do ensino médio, com planejamento adequado à idade, a ser regulamentado pela Polícia Militar.

Art. 2º O PROERD será organizado e gerenciado exclusivamente pela Polícia Militar do Estado do Paraná, constituindo-se em tema social e contemporâneo e tema transversal, de acordo com a matriz curricular pedagógica nacional e os parâmetros nacionais, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º O programa terá como ação preponderante a educação preventiva primária sobre drogas através da ação didático/pedagógica baseada nas seguintes diretrizes:

I – formação da figura do educador social através do efetivo da Polícia Militar composto por policiais militares formados na categoria de instrutores, mentores e facilitadores do PROERD;

II – desenvolvimento de ações e aulas de noções de cidadania;

III – desenvolvimento de atividades e ministração de aulas que demonstrem a desaprovação da prática de atos de violência entre estudantes da rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná;

IV – desenvolvimento de programa de prevenção primária ao uso de drogas lícitas e ilícitas destinado a alertar sobre os malefícios causados à saúde física e mental da pessoa;

V – desenvolvimento de atividades e aulas que esclareçam sobre os riscos decorrentes do uso/abuso de drogas ou da dependência química, bem como da criminalidade decorrente, direta ou indiretamente, do consumo de drogas;

VI – orientação às crianças, aos adolescentes e aos familiares acerca das soluções e medidas eficazes quanto à resistência às drogas lícitas e ilícitas;

VII – desenvolvimento de um trabalho interno de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, através da formação de equipes para aplicação de palestras à comunidade e cursos de formação, que atenderá à política da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo único. As atividades inseridas nos incisos deste artigo poderão ser direcionadas à capacitação dos pais dos alunos da rede de ensino público e privado, com a aplicação de metodologia específica para adultos.

Art. 4º A Polícia Militar, para implementação do PROERD, fica autorizada a celebrar convênios, termos de cooperação técnica, entre outros meios de parceria, que terão como objetivo primordial a destinação de recursos, custeio e investimento para divulgação, operacionalização das ações e aquisição de material didático.

Art. 5º A Polícia Militar, para implementação do PROERD, poderá receber recursos de custeio próprios para o desenvolvimento essencial de suas atividades, o que será objeto de regulamentação pela Corporação.

Parágrafo único. Os recursos tratados no art. 4º desta Lei poderão ser direcionados ao PROERD na respectiva Lei Orçamentária, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, através de orçamento previsto para a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

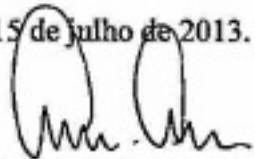
Art. 6º O quadro de efetivos da Polícia Militar, que comporá e desenvolverá o PROERD, será constituído de servidores militares estaduais, ativos e inativos, integrantes da Corporação.

Parágrafo único. A participação do efetivo no PROERD é matéria a ser regulamentada pela Polícia Militar, atendendo-se à finalidade de garantir a execução das ações estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2013.



ALEXANDRE CURTI
Presidente



Relator



Prof. Louis





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

DAP

Emenda de Plenário nº 01

DAP 10 JUL. 2013

Visto *Claudio*

EMENDA MODIFICATIVA DE REDAÇÃO FINAL
AO PROJETO DE LEI Nº 481/12

O inciso III do art. 3º do Projeto de Lei nº 481/12 passa a contar com a seguinte redação:

"III – desenvolvimento de atividades e ministração de aulas que demonstrem a desaprovação da prática de atos de violência entre estudantes da rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, 10 de julho de 2013.

[Assinatura]
Pastor Edson Praczyk

Deputado Estadual

[Assinatura]
Justificativa:

A presente emenda está de acordo com o art. 186 do Regimento Interno.

Sendo assim, faz-se necessária para correção de linguagem da redação final do presente Projeto de Lei.

[Assinatura]
Dep. ENIO VERDE

[Assinatura]
Dep. Pedro Lupion



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

PARECER À EMENDA DE REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 481/2012
Autor: Pastor Edson Praczyk

Súmula: Regulamenta o Programa
Educativo de Resistência às
Drogas e à Violência

A presente emenda de redação final está de acordo com o art. 186 do Regimento Interno e tem por finalidade a adequação às normas da boa técnica legislativa em consonância com as regras ortográficas da língua brasileira.

Portanto, nosso parecer é pela aprovação da Emenda de Redação Final apresentada em Plenário e pela elaboração de nova redação ajustando devidamente o Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2013.

Deputado Alexandre Curi
Presidente da Comissão de Redação

Relator

Prof. LBS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 193/2013

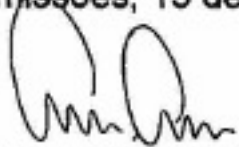
Altera a Lei nº 14.843, de 2005,
que declara de Utilidade Pública a
Associação Projeto Não Violência
Brasil, com sede e foro no
Município de Curitiba.

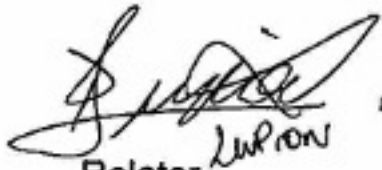
Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.843, de 3 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

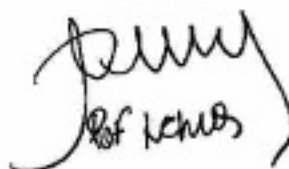
“Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto de Educação para Não Violência, com sede e foro no Município de Curitiba.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 230/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a
doação do imóvel que especifica ao
Município de Toledo.

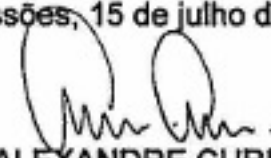
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Toledo, do imóvel constituído pelas partes remanescentes das Chácaras nºs 01 e 02, da Vila Industrial e da Chácara nº 64, com área total de 6.107,60 m², constante na Matrícula nº 37.165, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado pelo município exclusivamente para unidade escolar, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.


Art. 3º O município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário este retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Prof. Lemos





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 233/13

Súmula: Institui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Capítulo I
Do objeto**

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná, doravante denominado SFM.

**Capítulo II
Do objetivo**

Art. 2º O SFM tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento municipal e regional, por meio de implementação de ações estratégicas voltadas ao financiamento de entidades municipais paranaenses e consórcios municipais, para satisfazer a demanda por serviços básicos, infraestrutura e bens públicos e fortalecimento institucional dos Municípios e regiões paranaenses.

**Capítulo III
Da estrutura organizacional**

Art. 3º Fazem parte da estrutura organizacional do SFM:

- I - a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, órgão da administração direta do Governo do Estado do Paraná, responsável pela elaboração das políticas, do planejamento, da execução, da coordenação e do controle do desenvolvimento urbano e regional do Estado, cabendo-lhe a administração do SFM;
- II - o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, ente de cooperação da SEDU, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, com a função de agente técnico operacional do SFM;
- III - a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná, instituição financeira de economia mista, pertencente ao Estado do Paraná, sociedade anônima de capital



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

fechado, instituída pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997, e alterações posteriores, com a função de agente financeiro do SFM;

IV - o Comitê de Investimento do SFM, órgão de natureza consultiva, deliberativa e propositiva, na forma de suas atribuições, composto por sete membros natos, sendo: o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, que exercerá a função de presidente, o Secretário de Estado da Fazenda, o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Secretário Chefe da Casa Civil, o Secretário da Secretaria de Estado de Governo, o Superintendente Executivo do PARANACIDADE e o Diretor Presidente da Fomento Paraná.

Capítulo IV Dos recursos

Art. 4º O SFM conta com: recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, instituído pela Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988; dos respectivos retornos dos empréstimos e dos resultados das aplicações financeiras do FDU; com recursos do capital social da Fomento Paraná destinados ao setor público e respectivos retornos dos empréstimos às entidades municipais paranaenses, bem como dos resultados das aplicações financeiras; além de recursos de outras fontes.

§ 1º Os retornos e os juros dos empréstimos concedidos pela Fomento Paraná e os resultados auferidos em aplicações financeiras, desde que oriundos das integralizações feitas pelo FDU, deduzidos os custos operacionais, apuradas na forma da totalidade dos dividendos, conforme determina a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, deverão obrigatoriamente ser destacados e destinados para futuros empréstimos vinculados ao SFM, a partir do exercício fiscal de 2014.

§ 2º O Estado do Paraná, na qualidade de acionista majoritário da Fomento Paraná, não poderá dar outra destinação a estes recursos em desconformidade com o que restou especificado no parágrafo 1º.

§ 3º Os custos operacionais referidos no parágrafo primeiro são as obrigações tributárias incidentes sobre os valores da conta específica destinada ao setor público, e as remunerações do PARANACIDADE e da Fomento Paraná definidas entre as partes.

Capítulo V Das atribuições

Art. 5º Cabe à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano:



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I – Administrar o SFM, em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná;

II – Definir os critérios de elegibilidade das ações, seus critérios de análise, os critérios de elegibilidade dos tomadores de recursos e as regras de funcionamento do SFM;

III – Controlar e estabelecer metas de desempenho, ações e indicadores ao PARANACIDADE no que tange ao SFM, acompanhando o devido cumprimento.

Art. 6º Cabe ao Serviço Social Autônomo PARANACIDADE:

I - Gerenciar operacionalmente o SFM em cumprimento às políticas de desenvolvimento urbano do Governo do Estado do Paraná;

II - Propor os critérios de elegibilidade das ações, seus critérios de análise, os critérios de elegibilidade dos tomadores de recursos e as regras de funcionamento do SFM;

III – Verificar o atendimento dos critérios de elegibilidade dos projetos apresentados pelos municípios de acordo com o estabelecido pela SEDU;

IV – Supervisionar o acompanhamento dos projetos e as medições das obras financiadas pelo SFM;

V – Cumprir as metas estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Art. 7º Cabe à Fomento do Paraná:

I – Realizar o gerenciamento financeiro dos recursos do seu capital social provenientes do FDU e destinados ao setor público, nos termos da legislação e regulamentos vigentes, do instrumento específico firmado com o PARANACIDADE;

II - Solicitar ao Banco Central, quando necessário, destaque de parcela do patrimônio de referência para operações de crédito com o setor público, comunicando ao PARANACIDADE sua autorização;

III - Manter contas bancárias e registros contábeis específicos para o SFM;

IV – Elaborar mensalmente balancetes e demonstrativos financeiros relativos aos recursos do capital da Fomento Paraná destinados ao setor público, contemplando os retornos dos financiamentos concedidos com a utilização desses recursos, incluindo



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

juros e amortizações e, também, os resultados auferidos em aplicações financeiras, disponibilizando aos entes integrantes da estrutura fixada pelo art. 3º da presente Lei e nos termos da legislação do Sistema Financeiro Nacional.

Art. 8º Cabe ao Comitê de Investimento do SFM:

I – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

II – Estabelecer metas de aplicação ao SFM;

III – Acompanhar o funcionamento do SFM, nos termos previstos nesta Lei;

IV - Deliberar acerca dos relatórios de desempenho operacional e financeiro do SFM;

V– Deliberar sobre os encargos contratuais para operacionalização dos financiamentos, tais como: custos, juros, *spreads*, prazos e garantias, observados os limites impostos, em conformidade com o Sistema Financeiro Nacional, a partir da proposição da SEDU, PARANACIDADE e/ou Fomento Paraná.

Capítulo VI **Das disposições gerais**

Art. 9º Ficam convalidados os ajustes administrativos firmados entre SEDU/ PARANACIDADE e a Fomento Paraná, nas disposições que não contrariem o que restou estabelecido nesta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados, a partir de 1º de janeiro de 2014, o item "b" do § 1º, § 2º e § 3º do art. 8º da Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e o item "b" do § 1º, § 2º e § 3º, do art. 1º da Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988.

Palácio do Governo, em 04 de junho de 2013.



CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 05/06/2013

Presidente

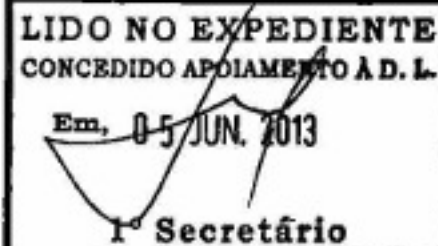


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 057/2013

Curitiba, 04 de junho de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.

O Estado do Paraná possui, desde 1988, um mecanismo de financiamento de caráter rotativo, por intermédio do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, criado pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988, com o objetivo de atender as municipalidades paranaenses e agentes da administração direta e indireta estadual em ações voltadas ao desenvolvimento urbano.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em maio de 2000, foi vedada a possibilidade da realização de operações de crédito entre dois entes da federação, diretamente ou por intermédio de fundo. Desta forma, ficou invalidado o mecanismo de concessão de recursos de empréstimos entre o Estado do Paraná e seus municípios.

Como solução alternativa, ao amparo da Lei nº 13.227, de 18 de julho de 2001, os recursos do FDU passaram a ser transferidos para a Agência de Fomento do Paraná S.A – FOMENTO PARANÁ, mediante integralizações em seu capital social, destinados ao setor público, o que viabilizou a retomada do mecanismo anterior de financiamento aos municípios.

Em 30 de abril de 2002, foi instituído, através do Decreto Estadual nº 5.631, o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM, administrado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, por seu ente de cooperação Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/prot. 12.003.311-5



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná conta com recursos do FDU, da FOMENTO PARANÁ destinados ao setor público, do retorno dos empréstimos aos municípios, dos resultados de suas aplicações financeiras e de outras fontes.

Em aproximadamente duas décadas, esse mecanismo possibilitou a inversão de recursos em prol do desenvolvimento urbano paranaense em montante superior a US\$ 1,2 bilhões, o que destaca esta unidade da Federação como uma das poucas que detém um sistema de financiamento municipal.

No entanto, o arranjo institucional do SFM requer sua consolidação mediante a definição de um marco regulatório, postulando seu objetivo, sua estrutura organizacional, sua administração, seus recursos e as atribuições das entidades participantes, visando sua sustentabilidade.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 233/2013

Projeto de Lei n.º. 233/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem n.º. 057/2013

SÚMULA: Institui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Paraná – SFM.

EMENTA: SISTEMA DE FINANCIAMENTO. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. CONSOLIDAÇÃO MARCO REGULATÓRIO ORGANIZAÇÃO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU, E AGENCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A – FOMENTO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 66, 87 E 133 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO

O projeto em pauta trata de consolidação de regulamentação de estrutura organizacional dos recursos que até o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal o Estado do Paraná poderia conceder recursos de empréstimos entre este e os Municípios.

Ao analisar o conteúdo do Projeto em questão, não se observou qualquer tipo de inconstitucionalidade ou ilegalidade que possivelmente inviabilizaria o seu prosseguimento.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, em matéria de iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; [...]

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Ainda, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, voltando a análise ao que dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

Vishumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de Junho de 2013.

NELSON JUSTUS

Presidente

BERNARDO RIBAS CARLI

Relator

APROVADO

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI

ENDEREÇO: RUA DE SALETE, S/N.º; GABINETE 802, CENTRO CÍVICO, 80530-970, CURITIBA, PR | + 55 41 3350-4298



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 233/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 057/13, que objetiva instituir o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Bernardo Ribas Carli, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, ainda encontra amparo legal no art. 24, II da Constituição Federal.

De igual modo, constata-se que o autor da proposta esclarece que os recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM, estão disciplinados no art. 4º do Projeto de Lei.

CONCLUSÃO

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




É o parecer.

Sala das Comissões, 26/06/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR


Dep. Waldyr


Dep. Ennio


Dep. Elcio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 233/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 057/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “instituir o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM”.

A proposta encaminhada tem por finalidade apoiar o desenvolvimento municipal e regional por meio de implementação de ações estratégicas voltadas ao financiamento de entidades municipais e consórcios municipais, para satisfazer a demanda por serviços básicos, infraestrutura e bens públicos e fortalecimento institucional dos Municípios e regiões paranaenses.

O projeto em epígrafe contará com os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, dos retornos dos empréstimos e dos resultados das aplicações financeiras do FDU, com recursos do capital social da Fomento Paraná destinados ao setor público respectivos retornos dos empréstimos às entidades municipais paranaense, bem como dos resultados das aplicações financeira e recursos de outras fontes. De maneira que não acarretará ônus adicionais ao Tesouro Estadual ou as entidades integrantes do SFM, ou seja, à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, Fomento Paraná e ao Paranacidade.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

[Assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO




VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o art.33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 1 de julho de 2013.


DEP NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP Pastor ETON
RELATOR


Elio Rusch

Adeline

Francisco

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 233/13

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 57/13, tem por finalidade instituir o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do estado do Paraná - SFM.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2013.

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

Relator
Wilson Quinteiro

Scanavacca

Adelino

Pugliesi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº 01
10 JUL. 2013
DAP _____
Visto Claudia

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI
233/2013



Altera a redação do art. 10 e insere o
artigo 11 ao Projeto de Lei 233/2013.

Art. 1º O art. 10 do Projeto de Lei nº 233/2013 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 10. A partir de 1º de janeiro de 2014, o art. 1º da Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se as alíneas do § 1º, os §§ 2º e 3º, e renumerando o § 1º como parágrafo único:

Art. 1º. Fica instituído o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, de caráter rotativo, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e atividades voltados ao Desenvolvimento Urbano, através das municipalidades paranaenses e de agentes da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Parágrafo único. Sem prejuízo do caráter rotativo do FDU, poderão ser utilizados recursos financeiros, a título não reembolsável, em programas que utilizem recursos internacionais e que visem a implantação de ações de desenvolvimento urbano, desde que tais recursos constituam-se em contrapartida local.

Art. 2º O Projeto de Lei nº 233/2013 passa a tramitar acrescido do seguinte art. 11:

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado, a partir de 1º de janeiro de 2014, o art. 8º da Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2013.

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

Rose Kitro
Pr. Edson

Ademar Bier

15:48 10/07/2013 006092 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - A DAR PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

15 JUL 2013

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 16 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 217, 233, 257, 274, 275 e 303, além do Projeto de Lei Complementar 013, todos do ano de 2013, com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 16 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 217, 233, 257, 274, 275 e 303, além do Projeto de Lei Complementar 013, todos do ano de 2013

Sala das Sessões em, 15 de julho de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

15/44 15/07/2013 08:26:16 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 257/13

Súmula: Institui o auxílio-transporte, conforme especifica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica instituído o auxílio-transporte, em valor absoluto e em moeda corrente do país, aplicável a todos os servidores públicos estatutários civis da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos servidores temporários contratados por regime especial.

§ 1º O auxílio-transporte tem como fundamento de concessão a utilização em despesa de deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa.

§ 2º O auxílio-transporte tem natureza indenizatória e não se incorpora à remuneração do servidor, para qualquer efeito.

§ 3º O auxílio-transporte não será devido nos afastamentos, mesmo aqueles considerados de efetivo exercício e não será pago em razão de férias e décimo terceiro salário.

§ 4º O auxílio-transporte sofrerá descontos proporcionais em razão de faltas e afastamentos ao serviço.

Art. 2º O valor do auxílio-transporte será de R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais), a ser pago na data do depósito do pagamento do servidor, independente da categoria profissional a que pertença o servidor.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação da vantagem prevista nesta lei, caso necessário.

Art. 3º O disposto nesta Lei não se aplica aos servidores que gozarem de isenção no transporte público por força de legislação específica, e àqueles cujo órgão proporcione transporte para o deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 4º Para fazer jus ao recebimento da vantagem referida nesta Lei, computar-se-á a totalidade da remuneração do servidor, até o limite de R\$ 2.034,00 (dois mil e trinta e quatro reais).

§ 1º O cálculo da totalidade da remuneração incluirá o acúmulo permitido com cargo de provimento em comissão, funções comissionadas e gratificações de qualquer natureza.

§ 2º Excluem-se da base de cálculo da remuneração os valores percebidos pelos servidores públicos a título de adicional noturno e serviço extraordinário.

§ 3º O valor do auxílio-transporte previsto no artigo 2º e o valor limite de



remuneração para concessão do auxílio-transporte, a que se refere o *caput* deste artigo, serão reajustados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no dia primeiro de maio de cada ano, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a partir do ano 2014.

Art. 5º Fica excepcionada a aplicação do valor da vantagem referida nesta Lei aos servidores regidos pelas Leis Complementares nº 103/2004 e nº 123/2008.

Art. 6º Os dispositivos da Lei nº 9.490, de 21 de dezembro de 1990 e seus decretos regulamentadores, a partir da data da publicação desta Lei, aplicam-se aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de junho de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 24 JUN 2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 063 /2013

Curitiba, 19 de junho de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 24 JUN. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o auxílio-transporte, em valor absoluto e em moeda corrente do país, aplicável a todos os servidores públicos estatutários civis da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos servidores temporários contratados por regime especial.

O vale-transporte, instituído e concedido pela Lei Estadual nº 9.490, de 21 de dezembro de 1990, apresentou sempre uma série de dificuldades de operacionalização, seja no tempo em que o mesmo se constituía de meio físico (fichas) como no atual momento em que são creditados em cartões.

Os problemas operacionais são tanto de ordem funcional – controle das quantidades em funções de faltas e afastamentos que impedem o crédito global ou o crédito na quantidade necessária e no tempo certo – quanto de ordem prática, já que em alguns municípios não existem meios físicos ou magnéticos para sua utilização.

Em algumas situações, os órgãos estaduais não adquirem os vales em quantidade necessária para cumprir a recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em não ultrapassar o limite mensal de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para a aquisição de tais vales e em outros – e por imperiosa necessidade de serviço – acabam descumprindo tal recomendação, incorrendo em situações de impasse junto àquele órgão de controle de contas.

Portanto, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP considera que a melhor alternativa seja a transformação do vale-transporte em auxílio-transporte (pecúnia), despesa essa classificada como custeio e sem maiores impactos junto ao Tesouro, mas de grande operacionalização para o servidor beneficiado.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.758.509-3.

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:47 24/06/2013 005495 DP RECEBIDA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A presente proposta fixa o valor do auxílio em R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais) para duas passagens diárias, considerando a tarifa média do Estado, ou seja, R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) computada a partir de maio de 2013, a ser concedida a todos os servidores estatutários da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e Contratos de Regime Especial – CRES, cuja remuneração não ultrapasse o limite de R\$ 2.034,00 (dois mil e trinta e quatro reais), valor equivalente a três salários mínimos.

Considerando os dados do setor RHI/SEAP relativos a fevereiro de 2013, essa medida alcançará um universo em torno de trinta mil e duzentos servidores, tendo um acréscimo mensal de R\$ 302.000,00 (trezentos e dois mil reais) sobre um dispêndio mensal de R\$ 3.440.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta mil reais).

Por último, cabe mencionar que não serão abrangidos pela presente medida os servidores que já gozem de isenção no transporte público, por força de legislação específica.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 257/2013

Projeto de Lei nº. 257/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 063/2013

Súmula: Institui o auxílio-transporte, conforme especifica.

EMENTA: CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE A SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTARQUICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONFORMIDADE COM LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO, NA FORMA DA EMENDA ANEXA.

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo conceder auxílio transporte aos servidores estatutários do quadro funcional do Estado do Paraná, nos termos que especifica.

O servidor que ganhar até três salários mínimos fará jus a percepção do referido auxílio-transporte, excetuados àqueles que gozarem de isenção de pagamento de transporte público em razão da idade ou legislação específica, bem como àqueles que estão exercendo funções em órgãos que proporcione transporte da residência ao trabalho, e vice-versa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração e, ainda, leis que disponham sobre o funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, na forma pretendida.

Por fim, devemos observar que o projeto em questão não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, e quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Apenas para aprimorar o projeto, segue anexa emenda modificativa, a qual altera a redação do § 1º do art. 4º do Projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, **na forma da emenda modificativa anexa.**

Sala das Comissões, 02 de julho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPTUADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

APROVADO

02/07/13

(Múltiplas assinaturas manuscritas de deputados e outros membros da comissão)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 257/2013

Altera a redação do § 1º do art.
4º do Projeto de Lei nº
257/2013.

Art. 1º O § 1º do art. 4º do Projeto de Lei nº 257/2013 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 4º (...)

"§ 1º O cálculo da totalidade da remuneração incluirá o acúmulo permitido com cargo de provimento em comissão, funções comissionadas e gratificações de qualquer natureza, ressalvadas aquelas que, por ato normativo, já estejam nesta data excluídas da base de cálculo para a concessão de vale-transporte."

Sala das Comissões, 02 de julho de 2013.

Deputado Ademar Traiano
Relator

APROVADO

02/07/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 257/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 063/13, que institui o auxílio-transporte, em valor absoluto e em moeda corrente do país, aplicável a todos os servidores públicos estatutários civis da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos servidores temporários contratados por regime especial.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator, Deputado Ademar Traiano, exarou o devido parecer favorável, com Emenda Modificativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a Constituição Estadual em seu art. 65, 66 e 87, assegura a competência e iniciativa do Governador para propor matérias desta natureza.

Vale ressaltar que a proposta objeto do presente Plano de Lei está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, é salutar observar que a proposta vem acompanhada de informação prestada pelo setor RHI/SEAP relativo a fevereiro de 2013, dando conta de que haverá um acréscimo mensal de R\$302.000,00 (trezentos e dois mil reais).

Assevera ainda, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP que é melhor que seja transformado o vale-



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

transporte em auxílio transporte (pecúnia), despesa essa classificada como custeio e sem maiores impactos junto ao Tesouro.

CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/07/12

avos
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR

Wander
DEP. WANDER DE OLIVEIRA

Enio
DEP. ENIO VERNI

Clio
DEP. CLIO RUSCH



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 257/2013

O Projeto de Lei em tela, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 63/2013, "Institui o auxílio-transporte", em valor absoluto e em moeda corrente do país, aplicável a todos os servidores públicos estatutários civis da Administração Direta e Autárquica do poder Executivo do Estado do Paraná e aos servidores temporários contratados por regime especial.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou Parecer Favorável para a mesma, com Emenda Modificativa, que objetiva alterar a redação do § 1º do art. 4º, e a Comissão de Finanças exarou Parecer Favorável

A presente proposta fixa o valor do auxílio em R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais) para duas passagens diárias, considerando a tarifa de maio de 2013, a ser concedida a todos os servidores estatutários da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo e Contratos de Regime Especial – CRES, cuja remuneração não ultrapasse o limite de R\$ 2.034,00 (dois mil e trinta e quatro reais), valor equivalente a três salários mínimos.

Conforme dados do setor RHI/SEAP relativos a fevereiro de 2013, essa medida alcançará um universo em torno de trinta mil e duzentos servidores, tendo um acréscimo mensal de R\$ 302.000,00 (trezentos e dois mil reais) sobre um dispêndio mensal de R\$ 3.440.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta mil reais).

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO



VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

Devemos observar que a proposta legislativa encontra-se embasada na Lei nº 101 de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal:

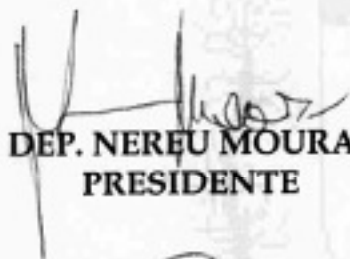
“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Chamada esta Comissão de Orçamento a opinar, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável**.

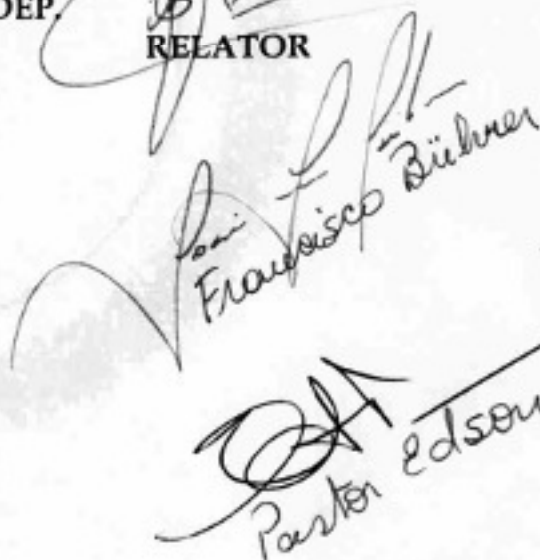
É o parecer

Sala das comissões, 08 de julho de 2013


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP. RELATOR


Marcos Guimarães


Pastor Edson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - A DAR PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

15 JUL 2013

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 16 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 217, 233, 257, 274, 275 e 303, além do Projeto de Lei Complementar 013, todos do ano de 2013, com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 16 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 217, 233, 257, 274, 275 e 303, além do Projeto de Lei Complementar 013, todos do ano de 2013

Sala das Sessões em, 15 de julho de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

15/44 15/07/2013 086216 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 217/2013

Súmula: Institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial denominado "TODOS IGUAIS PELA EDUCAÇÃO".

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica criado o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica, na modalidade Educação Especial "TODOS IGUAIS PELA EDUCAÇÃO", na forma desta Lei.

Art. 2º O Programa tem por objeto assegurar aos educandos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, em qualquer faixa etária, a oferta das etapas da educação infantil, ensino fundamental, médio, Educação de Jovens e Adultos/Educação Profissional, incluindo a oferta gradativa de período integral, por meio da parceria com o Estado do Paraná e as Entidades Mantenedoras referidas no artigo 1º.

Parágrafo único. A parceria prevista no caput não exclui parceria decorrente da oferta da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental a ser realizada pelos Municípios, em atenção ao disposto pelo art. 30, inciso VI da Constituição Federal, bem como para os demais níveis e modalidades de Educação e Ensino.

Art. 3º Serão destinatários do Programa os alunos referidos no artigo 2º, atendidos gratuitamente, independentemente de sua condição socioeconômica, nas Entidades Mantenedoras referidas no artigo 1º, devidamente credenciadas e autorizadas para oferta da Educação Especial.

Art. 4º O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação – SEED, garantirá aos destinatários do Programa de que trata esta Lei, mediante instrumento administrativo legal adequado, o acesso igualitário aos benefícios dos programas educacionais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino, incluindo os programas de alimentação e transporte escolar, construção, ampliação e reforma das unidades escolares, suprimento de mobiliários, equipamentos e materiais e capacitação, visando possibilitar os padrões de qualidade, economicidade e eficiência equivalentes aos ofertados pelos estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino.

Art. 5º Em cumprimento ao objeto do Programa e, atendidas as exigências previstas no artigo 8º desta Lei, o Estado do Paraná, mediante convênio ou instrumento congênere:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - designará servidores estaduais (Professores, Pedagogos e Agentes Educacionais I e II) para, na condição de agentes do Estado, prestarem serviços nos programas educacionais de interesse da Secretaria do Estado da Educação ofertados pela Entidade Mantenedora, em conformidade com o número de alunos matriculados na escola, bem como com os critérios, requisitos e diretrizes definidos em resolução da Secretaria de Estado da Educação;

II - transferirá recursos financeiros para apoiar as Entidades Mantenedoras para a consecução dos objetivos de que trata esta Lei, inclusive para cobrir despesas de custeio, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, anualmente atualizados, com base na Lei Orçamentária Anual – LOA, em conformidade com o número de alunos matriculados, devendo ser alterado de acordo com o aumento ou redução de matrículas.

Art. 6º O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação, obriga-se a:

I - realizar orientação, acompanhamento e supervisão pedagógica e administrativa à unidade escolar, através da análise de relatórios e visitas técnicas, monitorando os resultados educacionais do estabelecimento de ensino;

II - fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Programa;

III - proporcionar formação continuada aos administradores e aos profissionais da unidade escolar que participam do Programa, equivalentes aos proporcionados aos servidores que atuam nos estabelecimentos públicos estaduais;

IV - aprovar o plano de aplicação dos recursos a serem transferidos às entidades Mantenedoras, nos termos do convênio ou instrumento congênere.

Art. 7º As Entidades Mantenedoras obrigam-se, sob pena de suspensão do repasse, a:

I - dar condições de acesso à Secretaria de Estado da Educação para o acompanhamento, fiscalização e avaliação do Programa;

II - prestar quaisquer esclarecimentos sobre a organização do trabalho pedagógico e a aplicação dos recursos financeiros vinculados ao Programa, inclusive ao Tribunal de Contas do Estado;

III - apresentar relatórios periódicos sobre a situação dos educandos atendidos pelo Programa e dos profissionais nele envolvidos;

IV - aplicar os recursos transferidos para a execução do Programa em conta bancária específica, com rendimentos em instituição bancária pública, observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007 e as orientações, nesse sentido, do Tribunal de Contas do Estado;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

V - aplicar os rendimentos exclusivamente no objeto do Programa;

VI - mencionar a participação do Estado do Paraná no Programa em toda e qualquer divulgação referente às atividades desenvolvidas, devendo a publicidade ter caráter educativo, informativo ou de orientação social;

VII - garantir a participação de administradores e profissionais da unidade escolar nos cursos de formação continuada, bem como, os de capacitação em gestão;

VIII - cumprir o plano de aplicação dos recursos recebidos.

Parágrafo único. A Entidade Mantenedora deverá prestar contas dos recursos recebidos à Secretaria de Estado da Educação e ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação específica, como condição indispensável para permanência no Programa e continuidade do recebimento dos recursos.

Art. 8º Em conformidade com a demanda de alunos matriculados, poderão se habilitar ao Programa as Entidades Mantenedoras que atendam, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - estar credenciada e autorizada a funcionar pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, na forma da legislação vigente;

II - oferecer igualdade de condições para o acesso, permanência na escola e atendimento educacional gratuito, na forma da legislação vigente;

III - atender aos padrões de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino e ter aprovados e periodicamente atualizados seus projetos pedagógicos;

IV - assegurar a destinação de seu patrimônio ao Poder Público ou a outra Entidade Mantenedora congênere, que atenda aos requisitos estabelecidos nesta Lei, em caso de encerramento de suas atividades;

V - comprovar finalidade não lucrativa e aplicar integralmente os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais no Estado do Paraná, conforme a legislação vigente;

VI - comprovar estar em situação regular junto ao Tribunal de Contas do Estado, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

VII - apresentar plano de aplicação dos recursos a serem transferidos pelo Estado.

Art. 9º O Estado do Paraná fará constar nas leis orçamentárias os recursos necessários à execução do Programa, nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual e legislação pertinente.



Art. 10. O Chefe do Poder Executivo, ouvida a Secretaria de Estado da Educação, poderá expedir normas para, nos limites desta Lei, melhor adequar a implantação do Programa, podendo por Decreto ser alterado o nome do programa.

Parágrafo único. A competência para expedir normas regulamentares prevista no *caput* deste artigo poderá ser delegada à Secretaria de Estado da Educação que, por Resolução, poderá estabelecer, inclusive, normas procedimentais.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de maio de 2013.

FLÁVIO ARNS
Governador do Estado em exercício

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ORDENADOR 0741/2013

As despesas para atender as Escolas de Educação Especial na modalidade Educação Básica, no exercício de 2013, estão alicerçadas da seguinte forma:

PA	ELEMENTO DESP.	FONTE	TOTAL ORÇAMENTÁRIO PREVISTO
4095	33504100	116	13.232.050
4095	44504200	116	1.600.000
4097	31504300	100	34.283.610
4097	31901100	100	570.384.800
4097	31901100	145	1.570.811.250
4098	31504300	100	34.283.600
4098	31901100	100	102.305.020
4098	31901100	145	583.978.210

As despesas estão aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2013 nº 17.398 de 18/12/2012, em consonância com o Plano Plurianual 2012 a 2015, Lei nº 17.013 e com o disposto no Art. 16, § 1º, Incisos I e II da Lei Complementar n.º 101 de 04/05/2000.

Anexo cópia da Lei Orçamentária e QDDs.

Curitiba, 27 de maio 2013.

Jorge Eduardo Wekerlin
Diretor Geral

Confere com o original
SEEG/CTL, em 27.05.13
Ass. [Assinatura]



ESTADO DO PARANÁ
SECR. DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA
QDO - DIRETA
SEM MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO

COPOSKIO Pág 1
Exercício 2013
27/05/13 14:32:22

Órgão SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Unidade SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV/OP.ESP. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
 Dotação 4103.12368064.095

Recursos Orçamentários em R\$ 1,00									
Natureza da Despesa	Fonte	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Orçamentário (4)=(2)+(3)	Total Empenhado (5)	Saldo Programado (6)=(2)-(5)	Pago até 27/05/13 (7)	
IPSSOALBEMCI									
31503400	11001		1.020.237		1.020.237	401.029,71	619.207,29		0,00
31900400	11161	2.268.340	1.134.170	1.134.170	2.268.340	345.452,63	788.717,37	318.879,36	
31901300	11161	672.600	336.300	336.300	672.600	82.226,95	254.073,05	82.226,95	
31903400	11001	1.922.320	1.185.687		1.185.687	601.804,76	583.882,24	601.804,76	
IT		4.863.260	3.676.394	1.470.470	5.145.854	1.430.514,05	2.245.879,95	1.002.911,07	
IT PESS.		4.863.260	3.676.394	1.470.470	5.145.854	1.430.514,05	2.245.879,95	1.002.911,07	
INDUT. O. CORRE									
33404100	11161	185.000	202.500	97.500	300.000	0,00	202.500,00		0,00
33404100	11451		47.818.267	32.164.478	79.982.745	31.890.347,11	15.927.919,89	31.890.347,11	
33408100	11451	80.000.000	17.255		17.255	0,00	17.255,00		0,00
33504100	11161	14.816.370	7.408.185	7.408.185	14.816.370	6.537.216,49	870.968,51	6.348.055,97	
33901800	11161		4.887.348	5.107.760	9.994.908	3.422.858,00	1.464.250,00	960.878,70	
33903800	11451		4.038.770	4.038.770	8.077.540	0,00	4.038.770,00		0,00
33903000	11001	6.400.000	4.431.641	1.684.755	6.116.396	2.389.131,65	2.042.509,35	2.389.131,65	
33903000	11161	60.253.770	23.916.963	35.278.960	59.195.923	17.448.422,08	6.468.540,92	17.378.718,14	
33903000	11451	6.989.220	3.494.610	3.494.610	6.989.220	0,00	3.494.610,00		0,00
33903100	11161	536.000	450.065	85.935	536.000	3.240,00	446.825,00	3.240,00	
33903200	11161	102.883.090	70.307.372	32.575.718	102.883.090	69.307.372,00	1.000.000,00	14.632.831,67	
33903300	11001	280.000	140.000	140.000	280.000	0,00	140.000,00		0,00
33903300	11161	60.000	982.847	30.000	1.012.847	8.270,89	974.576,11	2.663,51	
33903600	11161	16.180.830	3.516.655	1.662.655	5.179.310	1.147.133,73	2.369.521,27	721.064,44	
33903600	11451	10.428.190	1.175.325	1.175.325	2.350.650	0,00	1.175.325,00		0,00
33903900	11001	21.903.280	16.436.782	5.466.498	21.903.280	6.458.849,87	9.977.932,13	1.688.585,35	
33903900	11071	1.658.000	132.272	1.525.728	1.658.000	0,00	132.272,00		0,00
33903900	11161	103.637.880	45.598.940	57.818.940	103.417.880	35.363.052,73	10.235.887,27	27.071.508,14	
33903900	11451	59.821.490	29.910.745	29.910.745	59.821.490	22.908.000,00	7.002.745,00	8.527.111,44	
33904600	11161	7.410	3.705	3.705	7.410	2.626,50	1.078,50	2.626,50	
33904700	11161		636.000		636.000	517.692,80	118.307,20	31.390,80	
33904900	11161	319.640	159.820	159.820	319.640	69.164,89	90.455,11	69.164,89	
33909200	11001	30.000	15.000	15.000	30.000	309,38	14.690,62		0,00
33909200	11161	6.100.000	3.050.000	3.050.000	6.100.000	85.132,52	2.964.867,48	85.108,52	
33909300	11001	629.720	314.860	314.860	629.720	31.467,35	283.392,85		0,00
33909300	11071	20.342.700	283.205	9.260.495	9.543.700	283.204,42	0,58		0,00
33909300	11161	180.000	1.457.999	61.613	1.519.612	1.486.880,19	28.881,19	1.444.812,96	
33909400	11471	2.268.000		2.268.000	2.268.000	0,00	0,00		0,00
IT		515.920.590	270.786.931	234.800.055	505.586.986	199.360.372,40	71.426.558,60	113.247.739,79	
IT O.D. COR.		515.920.590	270.786.931	234.800.055	505.586.986	199.360.372,40	71.426.558,60	113.247.739,79	
INVESTIMENTOS									
44405100	11451	500.000	250.000	250.000	500.000	28.614,73	221.385,27		0,00
44504200	11161	1.600.000	1.348.525	251.475	1.600.000	1.312.824,55	35.700,45	1.310.494,55	
44505100	11161	500.000	250.000	250.000	500.000	0,00	250.000,00		0,00
44903000	11161		50.000		50.000	0,00	50.000,00		0,00
44905100	11071	128.602.140	867.680	127.734.460	128.602.140	398.505,00	469.175,00		0,00
44905100	11161	37.754.060	20.949.245	16.804.815	37.754.060	5.308.577,27	15.640.667,73	3.899.063,80	
44905100	11451	22.000.000	11.000.000	11.000.000	22.000.000	611.106,50	10.388.893,50		0,00

ESTADO DO PARANÁ
SECR. DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA
QDO - DIRETA
SEM MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO

COPOSKIO Pág 2
Exercício 2013
27/05/13 14:32:22

Órgão SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Unidade SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV/OP.ESP. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
 Dotação 4103.12368064.095

Recursos Orçamentários em R\$ 1,00									
Natureza da Despesa	Fonte	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Orçamentário (4)=(2)+(3)	Total Empenhado (5)	Saldo Programado (6)=(2)-(5)	Pago até 27/05/13 (7)	
44905200	11071	31.387.620		31.387.620	31.387.620	0,00	0,00		0,00
44905200	11161	29.300.020	29.000.020		29.000.020	14.513.756,80	14.486.263,20	7.955.789,78	
44905200	11471		10.000.000		10.000.000	0,00	10.000.000,00		0,00
44909300	11161	500.000	250.000	250.000	500.000	0,00	250.000,00		0,00
449095100	11471	672.000		672.000	672.000	0,00	0,00		0,00
449095200	11471	479.880		479.880	479.880	0,00	0,00		0,00
IT		253.295.720	73.965.470	189.080.250	263.045.720	22.173.384,85	51.792.085,15	13.165.348,13	

Confere com original
SEE/GFL, em 27/5/13
Ass.

IT INVESTIM I	I	253.295.720	I	73.965.470	I	189.080.250	I	263.045.720	I	22.173.384,85	I	51.792.085,15	I	13.165.348,13	I
INDV. FINANCEI	I		I		I		I		I		I		I		I
I 45906100 ILODI	I	1.670.270	I	835.135	I	835.135	I	1.670.270	I	0,00	I	835.135,00	I	0,00	I
I IT	I	1.670.270	I	835.135	I	835.135	I	1.670.270	I	0,00	I	835.135,00	I	0,00	I
IT INV. FIN.	I	1.670.270	I	835.135	I	835.135	I	1.670.270	I	0,00	I	835.135,00	I	0,00	I
<hr/>															
I	IT	775.749.840	I	349.263.930	I	426.185.910	I	775.449.840	I	222.964.273,30	I	126.299.658,70	I	127.415.498,99	I
I	DOF		I		I		I		I	0,00	I	0,00	I	0,00	I
I	TOTAL	775.749.840	I	349.263.930	I	426.185.910	I	775.449.840	I	222.964.273,30	I	126.299.658,70	I	127.415.498,99	I

I	I	Pessoal e	I	Juros e Encargos	I	Outras Despesas	I	Investimentos	I	Inversões	I	Amortização	I	Total Geral	I
I	I	Encargos Sociais	I	da Dívida	I	Correntes	I		I	Financeiras	I	da Dívida	I		I
I	Y	5.146.864	I		I	505.586.986	I	263.045.720	I	1.670.270	I		I	775.449.840	I
I	OF		I		I		I		I		I		I		I
I	YT	5.146.864	I		I	505.586.986	I	263.045.720	I	1.670.270	I		I	775.449.840	I

Confere com o original

SEBG/CTL, em 27/5/13

Ass. _____

[Assinatura]

ESTADO DO PARANÁ
SECR. DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA
QDD - DIRETA
SEM MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO

COPOSK10 Pág. 1
Exercício 2013
27/05/13 14:32:34

Órgão SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Unidade SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV/OP.ESP. VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - MAGISTÉRIO
Dotação 4103.12368094.697

Recursos Orçamentários em R\$ 1,00									
Imaturidade da Fonte	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Orçamentário (4)=(2)+(3)	Total Empenhado (5)	Saldo Programado (6)=(2)-(5)	Pago até 27/05/13 (7)		
PESSOAL/ENCARGOS									
31504300 11001	34.283.610	34.283.610		34.283.610	11.870.562,68	22.413.047,32	9.484.470,96		
31900400 11001	131.188.660	131.187.294		131.187.294	116.582.968,39	14.604.325,61	107.615.047,76		
31900400 11451	159.440.220	159.440.220		159.440.220	38.703.385,54	120.736.834,46	35.726.202,99		
31900500 11001	300	1.666		1.666	965,91	700,09	965,91		
31900500 11451	760	760		760	0,00	760,00	0,00		
31900900 11001		500		500	0,00	500,00	0,00		
31901100 11001	570.384.800	561.932.129	8.452.671	570.384.800	73.077.095,03	488.855.032,97	67.455.780,96		
31901100 11451	1.570.811.250	1.484.473.620	86.337.630	1.570.811.250	786.393.471,14	698.080.128,86	725.918.462,62		
31901300 11001	64.928.510	64.928.510		64.928.510	12.430.904,71	52.497.605,29	9.499.900,61		
31901300 11451	130.834.170	68.048.199		68.048.199	39.416.846,35	28.631.352,65	16.208.131,57		
31901600 11001	11.269.510	11.269.510		11.269.510	3.470.435,11	7.799.074,89	3.203.478,57		
31901600 11451	37.565.060	37.565.060		37.565.060	10.580.327,46	26.984.732,54	9.765.456,12		
31909200 11451		62.785.971		62.785.971	62.785.970,68	0,32	25.106.844,55		
IT	2.710.707.350	2.615.917.029	94.790.321	2.710.707.350	1155.312.935,00	1460.604.094,00	1106.985.802,62		
IT PESS.	2.710.707.350	2.615.917.029	94.790.321	2.710.707.350	1155.312.935,00	1460.604.094,00	1106.985.802,62		
OUT. D. CORRI.									
33900800 11001	403.380	201.690	201.690	403.380	97.807,22	103.882,78	97.807,22		
33904900 11451	254.252.730	212.614.015	41.638.715	254.252.730	141.742.673,06	70.871.341,94	141.742.673,06		
IT	254.656.110	212.615.705	41.840.405	254.656.110	141.840.480,28	70.975.224,72	141.840.480,28		
IT O.D.COR.	254.656.110	212.615.705	41.840.405	254.656.110	141.840.480,28	70.975.224,72	141.840.480,28		
IT	2.965.362.960	2.828.732.734	136.630.226	2.965.362.960	1297.153.415,28	1531.579.318,72	1151.826.282,90		
IT OF						0,00	0,00		
TOTAL	2.965.362.960	2.828.732.734	136.630.226	2.965.362.960	1297.153.415,28	1531.579.318,72	1151.826.282,90		

	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total Geral
IT	2.710.707.350		254.656.110				2.965.363.460
OF							
TT	2.710.707.350		254.656.110				2.965.363.460

Confere com o original

SEEG/CTI, em 27/05/13

Ass. _____

ESTADO DO PARANÁ
SECR. DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP


QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA
Q00 - DIRETA
SEM NOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO

COMPOSIÇÃO Pág 1
Exercício 2013
27/05/13 14:45:46

Órgão SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Unidade SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV/OP.ESP. VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ADMINISTRATIVO
Datação 4103.12368094.098

Recursos Orçamentários em R\$ 1,00									
Natureza da Despesa	Item	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Orçamentário (4)=(2)+(3)	Total Empenhado (5)	Saldo Programado (6)=(2)-(5)	Pago até 27/05/13 (7)	
PESSOAL									
31403600	11451	661.280	330.640	330.640	661.280	0,00	330.640,00	0,00	
31504300	11001	34.283.600	34.283.600		34.283.600	12.295.079,90	21.988.520,10	9.653.250,40	
31504400	11001	30.854.220	30.854.220		30.854.220	22.081.419,61	8.772.800,39	20.382.848,88	
31504400	11451	92.575.220	92.575.220		92.575.220	9.386.599,15	83.188.620,85	8.666.334,74	
31501100	11001	102.305.020	102.305.020		102.305.020	93.267.652,72	9.037.367,28	86.093.217,92	
31501100	11451	583.978.210	583.978.210		583.978.210	82.121.114,29	501.857.095,71	75.806.166,48	
31501300	11001	23.570.500	23.570.500		23.570.500	1.025.761,37	22.544.738,63	1.025.761,37	
31501300	11451	78.568.340	68.088.754		68.088.754	17.736.259,25	50.352.534,75	10.020.905,44	
31501600	11001	3.590.920	3.590.920		3.590.920	0,00	3.590.920,00	0,00	
31501600	11451	18.691.750	18.691.750		18.691.750	2.860.938,16	15.830.811,84	2.640.866,01	
31509200	11451		10.479.546		10.479.546	10.479.545,92	0,08	2.776.139,02	
31509400	11451	8.150	8.150		8.150	494,00	7.656,00	494,00	
31509400	11001	969.087.250	968.756.610	330.640	969.087.250	251.254.864,37	717.801.745,63	217.065.984,26	
31509400	11451	969.087.250	968.756.610	330.640	969.087.250	251.254.864,37	717.801.745,63	217.065.984,26	
33900800	11001	53.780	53.780		53.780	41.079,29	12.700,71	41.079,29	
33904600	11001	176.710	10.062.344		10.062.344	6.531.216,79	3.531.127,21	6.531.216,79	
33904600	11451	10.681.460		795.826	795.826	0,00	0,00	0,00	
33904900	11001	84.450.180	42.225.090	42.225.090	84.450.180	18.661.958,54	23.563.131,46	18.661.958,54	
33904900	11451	95.362.130	52.341.214	43.020.916	95.362.130	25.234.254,62	27.106.959,38	25.234.254,62	
33904900	11001	95.362.130	52.341.214	43.020.916	95.362.130	25.234.254,62	27.106.959,38	25.234.254,62	
33904900	11451								
33904900	11001	1.064.449.380	1.021.097.824	43.351.556	1.064.449.380	276.489.118,99	744.608.705,01	242.300.238,88	
33904900	11451					0,00	0,00	0,00	
TOTAL		1.064.449.380	1.021.097.824	43.351.556	1.064.449.380	276.489.118,99	744.608.705,01	242.300.238,88	

	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total Geral
33900800	969.087.250		95.362.130				1.064.449.380
33904600							
33904900	969.087.250		95.362.130				1.064.449.380

Confere com o original
SEEG/CTL, em 27/05/13
Ass. 

ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO DO PROJETO ATIVIDADE - 2013

13

Emissão em 27/5/2013 14:32:04

R\$ 1,00

Projeto **4103.12368064.095 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**
 Atividade:

Memória de Cálculo: Projovem Urbano - RESOL. 60/2011-FNDE-PJU - Pessoal R\$ 189.028,33 X 12 meses = R\$ 2.268.340,00

31901300 - Obrigações Patronais 116 672.600
 1301 - Contribuições De Previdência Social - Inss 672.600

Memória de Cálculo: Projovem Urbano - RESOL. 60/2011-FNDE-PJU - Encargos R\$ 56.050,00 X 12 meses = R\$ 672.600,00

31903400 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato de Terceirização 100 1.922.320
 3422 - ACAP/SEED 1.922.320

Memória de Cálculo: Despesas com pessoal - ACAP R\$ 160.193,80 x 12 meses = R\$ 1.922.325,00 - Convênio

33404100 - Contribuições 116 195.000
 4101 - Contribuições A Municípios 195.000

Memória de Cálculo: R\$ 195.000,00 - Jogos Escolares do Paraná - Repasse de Recurso

33408100 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas 145 80.000.000
 8105 - Outras Receitas 80.000.000

Memória de Cálculo: R\$ 80.000.000,00 - Transporte Escolar - Repasse aos Municípios

~~33504100 - Contribuições~~ 116 14.816.370
 4102 - Contribuições A Entidades Privadas 1.584.320

Memória de Cálculo: R\$ 374.320,00 - APAE - XIX Olimpíadas das APAEs e Instituições Especializadas do Estado do Paraná // R\$ 1.000.000,00 - Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre a SEED e a União dos Escoteiros do Brasil // R\$ 210.000,00 - Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira - ARCAFAR e SEED - 12 x R\$ 17.500,00 - Implementação de Capacitação.

~~4117 - Contribuições AS APRES~~

~~13.232.050~~

Memória de Cálculo: APAE - Educação Inclusiva - Repasse

33903000 - Material de Consumo 100 6.400.000
 3018 - Material p/ Uso Em Oficinas, Depósitos E Segurança No Trab. 300.000

Memória de Cálculo: R\$ 300.000,00 - Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - Cuidados com a Saúde do Servidor

3094 - Fundo Rotativo 6.100.000
 Memória de Cálculo: R\$ 6.000.000,00 - Fundo Rotativo - Cota Extra - Gêneros Alimentícios // R\$ 100.000,00 - Fundo Rotativo - Cota Normal - Consumo - UD

33903000 - Material de Consumo 116 60.253.770
 3002 - Material De Expediente 6.634.060

Memória de Cálculo: R\$ 3.080.000,00 - DEB - Atlas Geográfico Escolar do IBGE // R\$ 377.960,00 - DEB - Coleção leitura graduada em língua espanhola // R\$ 207.500,00 - DEB - Dicionário com a nova ortografia da Língua Portuguesa (Houaiss com CD-ROM) // R\$ 48.000,00 - DEB - Dicionários bilingue do inglês espanhol // R\$ 650.000,00 - DEB - Dicionários Ing/Port - Port/Ing // R\$ 1.242.500,00 - DEB - Histórias em quadrinhos com temas históricos // R\$ 487.100,00 - Projeto de Rede de Biblioteca Escolas // R\$ 90.000,00 - Projeto de Rede de Biblioteca Escolas - R\$ 90.000,00 - Acervo bibliográfico (6.518 livros Bibliotecas Escolas) // R\$ 316.000,00 - RF- DEB - Resolução Brasil Alfabetizado - Material De Expediente // R\$ 135.000,00 - RF - Projovem Urbano - RESOL. 60/2011-FNDE-PJU - Exposições, Congressos, Simpósios E Conferências

3010 - Material Laboratorial 80.000

Confere com o original

SEEG/CTL, em 27/5/13

Ass. 

ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO DO PROJETO ATIVIDADE - 2013

14

Emitido em 27/5/2013 14:32:04 R\$ 1,00

Projeto 4103.12368064.095 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Atividade:

Memória de Cálculo: R\$ 80.000,00 - Material para os laboratórios das Escolas da Rede Pública Estadual

3014 - Material Esportivo 2.576.420

Memória de Cálculo: R\$ 1.000.000,00 - DEB - Aquisição de Material Esportivo // R\$ 1.240.000,00 - DEB - Jogos com temas históricos: tabuleiros e RPG // R\$ 336.420,00 - Jogos Escolares do Paraná - Material Esportivo.

3024 - Material De Copa E Cozinha 1.200.000

Memória de Cálculo: R\$ 1.200.000,00 - SUDE - Aquisição de Utensílios de copa e cozinha.

3027 - Material Para Manutenção De Bens Móveis 1.531.500

Memória de Cálculo: R\$ 1.531.500,00 - Aquisição de tampas, assentos e encostos de Carteiras para atendimento às Escolas Estaduais.

3038 - Material de Artesanato e Terapia Ocupacional 5.080

Memória de Cálculo: R\$ 5.080,00 - Material para terapia ocupacional e artesanato

3048 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos 442.850

Memória de Cálculo: R\$ 250.000,00 - Jogos Escolares do Paraná - Camisetas // R\$ 192.850,00 - RF - Projovem Urbano - RESOL. 60/2011-FNDE-PJU - Vestuário, Tecidos e Aviamentos.

3094 - Fundo Rotativo 47.783.860

Memória de Cálculo: R\$ 1.500.000,00 - Fundo Rotativo - Atividade Complementar em Contraturno - Periódica (quantidade 3000 horas) - DEB // R\$ 200.000,00 - Fundo Rotativo - Atividade Complementar em Contraturno - Permanente (quantidade 400 horas) - DEB // R\$ 44.000.000,00 - Fundo Rotativo - Cota Normal - Consumo - Escolas // R\$ 783.860,00 Jogos Escolares do Paraná - Fundo Rotativo - Cota Normal - Consumo // R\$ 1.300.000,00 - Jogos Escolares do Paraná e Vila da Cidadania - Descentralização.

33903000 - Material de Consumo 145 6.989.220

3002 - Material De Expediente 3.144.200

Memória de Cálculo: R\$ 2.000.000,00 - DEB / CELEM: Aquisição de Livros (protocolos) // R\$ 1.144.200,00 - DEEN: Aquisição de Material Pedagógico

3010 - Material Laboratorial 3.599.980

Memória de Cálculo: Material de consumo para os laboratórios das Escolas da Rede Pública Estadual (*)

3048 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos 245.040

Memória de Cálculo: R\$ 245.040,00 - R\$ 245.000,00 - Uniformes para merendeiras

33903100 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 116 536.000

3101 - Prêmios E Condecorações 536.000

Memória de Cálculo: Jogos Escolares do Paraná - Troféus e medalhas.

33903200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 116 102.883.090

3201 - Merenda Escolar 102.367.090

Memória de Cálculo: R\$ 2.000.000,00 - RF - DEB - Resolução Brasil Alfabetizado - Merenda Escolar // R\$ 100.000.000,00 - Merenda Escolar - RF - Aquisição de Gêneros Alimentícios por Pregão e aquisição de Gêneros - Agricultura Familiar // R\$ 367.090,00 - RF - Projovem Urbano - RESOL. 60/2011-FNDE-PJU - Merenda Escolar

3203 - Material Escolar 516.000

Memória de Cálculo: R\$ 516.000,00 - DEB - Resolução Brasil Alfabetizado - Material Escolar

33903300 - Passagens e Despesas com Locomoção 100 280.000

3301 - Passagens Terrestres 280.000

Memória de Cálculo: R\$ 280.000,00 - Capacitação - Passagens - Eventos SEED - Docentes externos.

Confere com o original

SEEG/CTL, em 27/5/13

Ass. 



ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO DO PROJETO ATIVIDADE - 2013

15

Emitido em 27/5/2013 14:32:04 R\$ 1,00

Projeto 4103.12368064.095 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
 Atividade:

33903300 - Passagens e Despesas com Locomoção	116	60.000
3302 - Passagens Aéreas		60.000
Memória de Cálculo: R\$ 60.000,00 - Capacitação - Passagens - Eventos SEED		
33903600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	116	16.180.830
3601 - Serviços De Seleção E Treinamento		1.144.800
Memória de Cálculo: R\$ 864.000,00 - Brigada Escolar - Defesa Civil na Escola Formação a distância para as brigadas escolares (despesas com tutoria) // R\$ 140.400,00 - Capacitação - Contratação de professores-tutores para os cursos de Educação a Distância ofertados pelo SEED // R\$ 140.400,00 - Capacitação - Contratação de professores-tutores para os cursos de Educação a Distância ofertados pelo DEED.		
3602 - Serviços Técnicos Profissionais		535.000
Memória de Cálculo: R\$ 500.000,00 - DEB / EJA - Aplicação das provas do EJA // R\$ 35.000,00 - RF - Projovem Urbano - RESOL. 60/2011-FNDE-PJU - Serviços Técnicos Profissionais		
3608 - Obrigações Patronais		11.500
Memória de Cálculo: R\$ 10.000,00 - Jogos Escolares do Paraná - Recolhimento INSS // R\$ 1.500,00 - Projeto de Rede de Biblioteca Escolas - Obrigações Patronais		
3610 - Locação De Imóveis		1.514.010
Memória de Cálculo: R\$ 1.514.010,00 - Contratos - Locação de Imóveis: 12 x R\$ 126.167,90		
3613 - Serviços Artísticos E Culturais		10.000
Memória de Cálculo: R\$ 10.000,00 - Projeto de Rede de Biblioteca Escolas - Serviços Artísticos e Culturais		
3614 - Auxílio Financeiro para Agentes da Cidadania		110.000
Memória de Cálculo: Capacitação - PARFOR - 1 Evento - Fórum Permanente de apoio a Formação Docente do Paraná		
3615 - Bolsa Auxílio para Eventos de Capacitação		12.855.520
Memória de Cálculo: R\$ 108.000,00 - Capacitação - CDS - Coordenação de Des.Sócio-Educacional - Batalhão da Patrulha Escolar: VII Curso Policiamento Com. Escolar -120 pessoas R\$ 91.000,00 - Capacitação - CDS - Curso de Formação de Educ. Sociais do PROERD e Instrutor para o 5º ano do Ens. Fund. (50 pessoas) R\$ 465.200,00 - Capacitação - CDS - Encontro Estadual de Atualização do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (630 pessoas) R\$ 10.000,00 - Capacitação - CDS - Prevenção ao uso indevido e drogas (Gastos com deslocamento extra (CISMEE/CONEAD) R\$ 57.240,00 - Capacitação - CPP - Coordenação de Integração de Programas e Projetos - Brigada Escolar - Defesa Civil na Escola - Encontro do comitê reg. / formação (3 pólos com 70 pessoas, 2 dias) R\$ 180.000,00 - Capacitação - CPP - Encontro Estadual do PSE Programa Saúde na Escola (500 pessoas / 2 dias) R\$ 540.000,00 - Capacitação - CPP - Encontros para estruturação dos GTs - 5 pólos-300 pessoas (2 dias) R\$ 109.440,00 - Capacitação - CPP - Fortalecimento dos Comitês Regionais do Família Paranaense -64 participantes (1 gestor regional + técnico do NRE) x 4 encontros// R\$ 54.000,00 - Capacitação - CPP - III Fórum Social da Educ.(Transporte como contrapartida para os envolvidos = 200 pessoas)// R\$ 28.800,00 - Capacitação - CPP - Seminários Estaduais do Programa Família Paranaense (1 encontro 64 pessoas // R\$ 2.155.480,00 - Capacitação - DEB - 21 Eventos - EJA// R\$ 926.000,00 - Capacitação - DEDI - Seminários e Encontros// R\$ 454.360,00 - Capacitação - DEED - 1 Evento - Seminário Estadual de Educação Especial - 1000 pessoas// R\$ 176.000,00 - Capacitação - DLE (CDE/CEP/CTM) - 5 Eventos - Capacitação para Técnicos dos NREs - 550 pessoas// R\$ 5.000.000,00 - DEB - Paraná Alfabetizado - Bolsa auxílio para coordenadores e alfabetizadores do EJA (transporte)// R\$ 2.200.000,00 - Jogos Escolares do Paraná - Arbitragem Jogos// R\$ 300.000,00 - Transporte Escolar - Capacitação		
33903600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	145	10.428.190
3603 - Estágios Diretamente Contratados		2.350.650

Confere com o original

SEEG/CTL, em 27/05/13

Ass. _____



ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO DO PROJETO ATIVIDADE - 2013

16

Emissão em 27/5/2013 14:32:04

R\$ 1,00

Projeto Atividade: 4103.12368064.095 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Memória de Cálculo: R\$ 2.350.650,00 - DEB - Alunos Monitores - EM - bolsa - 1600 estudantes

3615 - Bolsa Auxílio para Eventos de Capacitação

8.077.540

Memória de Cálculo: R\$ 7.077.540 - Capacitação - DEB - 62 Eventos // R\$ 1.000.000 - Capacitação - Semana Pedagógica - Juho

33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

100

21.903.280

3904 - Serviços Técnicos Profissionais

4.145.330

Memória de Cálculo: R\$ 2.045.330,00 - Contrato - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - LACTEC // R\$ 2.100.000,00 - Contrato - TECPAR

3921 - Serviços De Seleção E Treinamento

3.002.410

Memória de Cálculo: R\$ 1.102.410,00 - Contrato - Exames Laboratoriais: Registro de Preço - UNIMED R\$ 718.937,03 e INSAT R\$ 483.510,00 // R\$

1.800.000,00 - Contrato - Serviço de Seleção de Concursos - Agente Educacional I e II

3924 - Serviços Gráficos E De Encadernação

2.236.560

Memória de Cálculo: R\$ 1.736.560,00 - Contrato - DDE - Impressões: R\$ 1.500.000,00 - // R\$ 151.680,00 - Impressões do Jornal Nossa Escola; outras

impressões; R\$ 84.888,00 - Impressão do Jornal Mural da SEED // R\$ 500.000,00 - Impressão de Materiais (*)

3943 - Armazenagem

12.448.980

Memória de Cálculo: Contrato - CODAPAR - armazenagem

3994 - Fundo Rotativo

70.000

Memória de Cálculo: R\$ 70.000,00 - Fundo Rotativo - Cota Normal - Serviços - LD

33933900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

107

1.658.000

3931 - Hospedagens

1.658.000

Memória de Cálculo: R\$ 1.658.000,00 - Capacitação - Eventos PAR

33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

116

103.637.880

3901 - Assinatura De Jornais E Periódicos

60.000

Memória de Cálculo: R\$ 60.000,00 - Contrato - Assinatura de Revistas

3902 - Serviços De Comunicação (Telefone E Telex)

5.275.450

Memória de Cálculo: R\$ 5.275.450,00 - Telefone - Escolas Estaduais

3904 - Serviços Técnicos Profissionais

3.450.000

Memória de Cálculo: R\$ 500.000,00 - Contrato - CDS - Codenação de Desenvolvimento Sócio-Educacional - Pesquisa Diagnóstica sobre Violências -

Consultoria técnica para elaboração de diagnóstico e pesquisa sobre violência // R\$ 1.450.000,00 - Laudos de mobiliários e equipamentos: 12 x R\$

12.500,00 = 150.000,00 e laudos de Gêneros Alimentícios: 12 x 109.333,00 = R\$ 1.299.996,00 // R\$ 1.500.000,00 - Transporte Escolar - Sistema de

Monitoramento de Frequência.

3907 - Serviços De Água E Esgoto

21.300.000

Memória de Cálculo: R\$ 21.300.000,00 - Serviços de Água e Esgoto (SANEPAR) das Escolas da Rede Estadual de Educação.

3910 - Serviço Com Confecção De Placas

385.000

Memória de Cálculo: R\$ 385.000,00 - Projeto de Rede de Biblioteca Escolas - R\$ 352.000,00 Serviços com Confecção de Placas inauguração de

bibliotecas + R\$ 35.000,00 para inauguração das Escolas.

3912 - Manutenção, Adaptação E Substituição De Bens Imóveis

31.200.000

Memória de Cálculo: R\$ 30.000.000,00 - Ata de Registro de Preços - Reparos na Construção CIVIL // R\$ 1.200.000,00 - Obras - Ata de Registro de Preços -

Instalações Elétricas (*)

3913 - Manutenção E Conservação De Máquinas E Equipamentos

149.800

Confere com o original

SEEG/CTL, em 27/05/13

Ass. _____



ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO DO PROJETO ATIVIDADE - 2013

17

Emissão em 27/5/2013 14:32:04

R\$ 1,00

Projeto
 Atividade: 4103.12368064.095 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Memória de Cálculo: R\$ 149.800,00 - Prestação de serviços de manutenção de equipamentos dos CAPS (calibrador e outros)	
3916 - Exposições, Congressos, Simpósios E Conferências	535.000
Memória de Cálculo: R\$ 200.000,00 - Jogos Escolares do Paraná - Locação de espaço físico // R\$ 200.000,00 - RF - DEB - Resolução Brasil Alfabetizado - Exposições, Congressos, Simpósios e Conferências // R\$ 135.000,00 - RF - Projovem Urbano - RESOL. 60/2011-FNDE-PJU - Exposições, Congressos, Simpósios E Conferências	
3918 - Fornecimento De Alimentação	7.270.470
Memória de Cálculo: R\$ 6.200.000,00 - Jogos Escolares do Paraná - Fornecimento de alimentação // R\$ 1.000.000,00 - DEB - RF- Resolução Brasil Alfabetizado - Fornecimento de Alimentação // R\$ 70.470,00 - RF - Projovem Urbano - RESOL. 60/2011-FNDE-PJU - Fornecimento De Alimentação	
3924 - Serviços Gráficos E De Encadernação	2.873.880
Memória de Cálculo: R\$ 1.600,00 - DEB / EJA - Produção das provas dos Exames da EJA ampliadas na reprografia SEED // R\$ 4.000,00 - DEB / EJA - Produção das provas dos Exames da EJA transcritas para o Braille no CAP-Curitiba // R\$ 50.000,00 - CDS - Elaboração de materiais Pedagógicos sobre Direitos Humanos: confecção de material pedagógico (folders, cartilhas, cartazes) // R\$ 100.000,00 - CDS - Elaboração de materiais Pedagógicos sobre Educação Ambiental // R\$ 50.000,00 - CDS - Prevenção ao uso indevido e drogas - confecção de material pedagógico (folders, cartilhas, Caderno Temático II) // R\$ 19.800,00 - DEB - Elaboração do caderno de atividades para utilização dos materiais didático-pedagógicos // R\$ 180.000,00 - DEB - Impressão Caderno Pedagógico de Educação Infantil // R\$ 220.000,00 - DEB - Impressão do Mapa Escolar Mural do Paraná. Processo em parceria JTCG. // R\$ 625.000,00 - DEB / CELEM: Impressão do Caderno Pedagógico de Línguas: Ucrâniana, Espanhola, Francesa e Inglês // R\$ 20.000,00 - DEB: R\$ 20.000,00 Impressão de material para o DEEN // R\$ 50.000,00 - Merenda Escolar - Impressos // R\$ 3.480,00 - Impressão de material para Escola Sustentável // R\$ 50.000,00 Confecção de 50.000 Gubs de Profissões // R\$ 1.500.000,00 - RF - DEB - Resolução Brasil Alfabetizado - Impressão de material	
3928 - Fretes E Transportes De Encomendas	900.000
Memória de Cálculo: R\$ 900.000,00 - Contrato - Transporte de Equipamentos	
3931 - Hospedagens	1.859.210
Memória de Cálculo: R\$ 250.000,00 - Capacitação - Contrato de Hospedagem - eventos SEED R\$ 1.500.000,00 - RF - DEB - Resolução Brasil Alfabetizado - Hospedagem // R\$ 109.210,00 - Projovem Urbano - RF - RESOL. 60/2011-FNDE-PJU - Hospedagens	
3942 - Locação De Imóveis	6.112.850
Memória de Cálculo: R\$ 6.112.850,00 - Contratos - Locação de Imóveis: 12 x R\$ 509.404,16	
3945 - Locação De Equipamentos De Reprografia E Serviços	80.000
Memória de Cálculo: R\$ 80.000,00 - Contrato - Locação de Equipamentos	
3947 - Locação De Equipamentos E Materiais Permanentes	80.000
Memória de Cálculo: R\$ 80.000,00 - Locação de Containers para escolas	
3951 - Serviço Com Transportes	1.000.000
Memória de Cálculo: R\$ 750.000,00 - Jogos Escolares do Paraná e Eventos - Transporte de passageiros // R\$ 200.000,00 - RF - DEB - Resolução Brasil Alfabetizado - Transporte - Educandos // R\$ 50.000,00 - RF - DEB - Resolução Brasil Alfabetizado - Transporte Docentes	
3952 - Serviços De Áudio, Vídeo E Foto	680.000
Memória de Cálculo: R\$ 680.000,00 - Prestação de Serviços de Microfilmagem e Digitalização de Documentação Escolar	
3954 - Serviços De Apoio Administrativo	81.000
Memória de Cálculo: R\$ 81.000,00 - Contrato - Prestação de Serviços de Manutenção de Áreas Verdes	
3961 - Serviços Artísticos E Culturais	25.000

Confere com o original

SEEG/CTL, em 27/05/13

Ass. _____





ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO DO PROJETO ATIVIDADE - 2013

18

Emitido em 27/5/2013 14:32:04

R\$ 1,00

Projeto 4103.1236806-005 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Atividade:	Memória de Cálculo: R\$ 25.000,00 - Serviços - Projeto minha lha tem escola		
	3994 - Fundo Rotativo		20.320.220
	Memória de Cálculo: R\$ 18.000.000,00 - Fundo Rotativo - Cota Normal - Serviços - Escolas // R\$ 320.220,00 - Jogos Escolares do Paraná - Fundo Rotativo - Cota Normal - Serviços // R\$ 2.000.000,00 - Fundo Rotativo - Cota Extra - Serviços de Reparos		
33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	145		59.821.490
3902 - Serviços De Comunicação (Telefone E Telex)			10.146.770
Memória de Cálculo: R\$ 10.146.770,00 - Telefonia - Escolas Estaduais.			
3906 - Serviços De Energia Elétrica			40.206.810
Memória de Cálculo: R\$ 40.206.810,00 - Pagamento de Energia Elétrica (COPEL) das Escolas da Rede Estadual.			
3912 - Manutenção, Adaptação E Substituição De Bens Imóveis			5.000.000
Memória de Cálculo: R\$ 5.000.000,00 - Ata de Registro de Propos - Instalação Elétrica			
3924 - Serviços Gráficos E De Encadernação			660.230
Memória de Cálculo: R\$ 660.230,00 - DLE / CDE- Legislação do Registro Escolar - Compra de impressos escolares oficiais (3.080 escolas)			
3928 - Fretes E Transportes De Encomendas			1.800.000
Memória de Cálculo: R\$ 1.800.000,00 - Contrato - Transporte da Merenda			
3933 - Vale-Transporte			823.680
Memória de Cálculo: R\$ 823.680,00 - DEB - Alunos Monitores - EM - vale transporte - 1600 estudantes			
3941 - Inscrição Em Cursos, Seminários E Outros			184.000
Memória de Cálculo: R\$ 184.000,00 - Capacitação - Inscrição em eventos			
3951 - Serviço Com Transportes			1.000.000
Memória de Cálculo: Capacitação - Transporte - Eventos Diversos			
33904600 - Auxílio-Alimentação	116		7.410
4601 - Auxílio-Alimentação			7.410
Memória de Cálculo: R\$ 7.410,00 - RF - Auxílio alimentação - Projovem Urbano			
33904900 - Auxílio-Transporte	116		319.640
4902 - Auxílio-Transporte (Professores Da Seed)			319.640
Memória de Cálculo: R\$ 319.640,00 - Auxílio Transporte.			
33909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	100		30.000
9213 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica			30.000
Memória de Cálculo: R\$ 30.000,00 - Reparos			
33909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	116		6.100.000
9206 - Energia Elétrica, Água E Esgoto E Telefone E Telex			6.000.000
Memória de Cálculo: R\$ 6.000.000,00 - Despesas de Exercício Anterior - Energia Elétrica, Água e Telefone			
9213 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica			100.000
Memória de Cálculo: R\$ 100.000,00 - Despesas de Exercício Anterior - Pessoa Jurídica - Locação de Imóveis			
33909300 - Indenizações e Restituições	100		629.720
9308 - Indenizações			629.720
Memória de Cálculo: R\$ 629.720,00 - Ressarcimentos em geral			
33909300 - Indenizações e Restituições	107		20.342.700

Confere com o original

SEEG/CTL, em 27/05/13

Ass. 

ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO DO PROJETO ATIVIDADE - 2013

19

Emitido em 27/5/2013 14:32:04

R\$ 1,00

Projeto 4103.12368064.095 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Atividade: 9309 - Restituições De Convênios ou Saldos de Convênios

20.342.700

Memória de Cálculo: R\$ 20.342.700,00 - Convênios não previstos / Devolução de Saldo - Convênios Federais

33909300 - Indenizações e Restituições

116

180.000

9308 - Indenizações

180.000

Memória de Cálculo: R\$ 180.000,00 - Indenizações

33994100 - Contribuições

147

2.268.000

9997 - Despesas incluídas por Emendas do Legislativo

2.268.000

44405100 - Obras e Instalações

145

500.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

500.000

44505100 - Obras e Instalações

116

500.000

4202 - Serviços A Entidades Privadas

1.500.000

Memória de Cálculo: R\$ 150.000,00 - APAE - Material para reconstrução de espaço // R\$ 1.450.000,00 - APAE - Material Permanente

44505100 - Obras e Instalações

116

500.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

500.000

44905100 - Obras e Instalações

107

128.602.140

5101 - Construção de Edifícios Públicos

2.240.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

797.010

5101 - Construção de Edifícios Públicos

938.350

5101 - Construção de Edifícios Públicos

2.100.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

2.900.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

3.140.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

3.084.580

5101 - Construção de Edifícios Públicos

3.378.890

5101 - Construção de Edifícios Públicos

3.865.620

5101 - Construção de Edifícios Públicos

4.560.980

5101 - Construção de Edifícios Públicos

1.200.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

4.000.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

2.000.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

2.100.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

6.720.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

2.277.240

5101 - Construção de Edifícios Públicos

2.480.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

4.960.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

5.120.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

2.660.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

3.040.000

5101 - Construção de Edifícios Públicos

2.863.970

5101 - Construção de Edifícios Públicos

3.031.100

5101 - Construção de Edifícios Públicos

3.275.850

5101 - Construção de Edifícios Públicos

3.430.770

Confere com o original

SEEG/CTL, em 27/05/2013

Ass. _____

[Assinatura]

ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO DO PROJETO ATIVIDADE - 2013

Emissão em 27/5/2013 14:34:35

R\$ 1,00

Projeto: 4103.12368094.097 - VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - MAGISTÉRIO
 Atividade:
 Órgão: 41 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 Unidade: 03 - SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 Função: 12 - EDUCAÇÃO
 Subfunção: 368 - EDUCAÇÃO BÁSICA
 Prog. Governo: 09 - INOVA EDUCAÇÃO
 Finalidade: Manter a estrutura de pessoal do magistério nos estabelecimentos de ensino que ofertam a educação básica.

**CUSTOS**

Natureza Despesa	Fonte	Valor Previsto
Custo		Custo Previsto
31901300 - Subvenções Sociais	100	34.283.610
4100 - 4000		
Memória de Cálculo: R\$ 2.856.967,50 X 12 meses = R\$ 34.283.610,00		
31900400 - Contratação por Tempo Determinado	100	131.188.660
401 - Salário de Pessoal CLT		505.490
Memória de Cálculo: R\$ 42.124,17 X 12 meses = R\$ 505.490,00		
405 - Outras Despesas Variáveis		130.683.170
Memória de Cálculo: R\$ 10.890.264,17 X 12 meses = R\$ 130.683.170,00		
31900400 - Contratação por Tempo Determinado	145	159.440.220
401 - Salário de Pessoal CLT		1.179.480
Memória de Cálculo: R\$ 98.290,00 x 12 meses = R\$ 1.179.480,00		
405 - Outras Despesas Variáveis		158.260.740
Memória de Cálculo: R\$ 13.188.395,00 X 12 meses = R\$ 158.260.740,00		
31900500 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	100	300
501 - Outros Benefícios Previdenciários		300
Memória de Cálculo: R\$ 300,00 - Sal. Família		
31900500 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	145	760
501 - Outros Benefícios Previdenciários		760
Memória de Cálculo: Salário Família		
31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100	520.394.800
1102 - Vencimentos E Vantagens Fixa dos Cargos De Provim. Efetivo		565.918.520
Memória de Cálculo: R\$ 47.159.876,67 X 12 meses = R\$ 565.918.520,00		
1103 - Vencimentos E Vantagens Dos Cargos Em Comissão - Com Vínculo		6.150
Memória de Cálculo: R\$ 512,50 X 12 meses = R\$ 6.150,00		
1104 - Décimo Terceiro Salário		55.170
Memória de Cálculo: R\$ 4.597,50 X 12 meses = R\$ 55.170,00		
1105 - Adicional De Férias		207.290
Memória de Cálculo: R\$ 17.274,17 X 12 meses = R\$ 207.290,00		
1106 - Vencimentos E Vantagens dos Cargos Em Comissão -Sem Vínculo		941.430
Memória de Cálculo: R\$ 78.452,50 X 12 meses = R\$ 941.430,00		

Confere com o original
 SEEG/CTL, em 27/05/13
 Ass.

ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO DO PROJETO ATIVIDADE - 2013

Emissão em 27/5/2013 14:34:58

R\$ 1,00

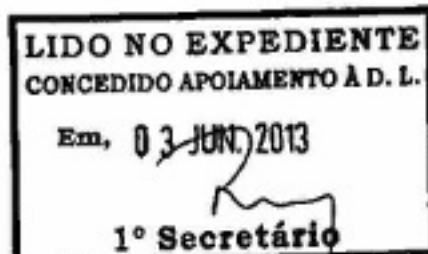
Projeto: 4103.12368094.098 - VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ADMINISTRATIVO
Atividade:
Órgão: 41 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Unidade: 03 - SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - EDUCAÇÃO
SubFunção: 368 - EDUCAÇÃO BÁSICA
Prog.:
Governo: 09 - INOVA EDUCAÇÃO
Finalidade: Manter a estrutura de pessoal administrativo nos estabelecimentos de ensino que ofertam a educação básica.



CUSTOS

Natureza Despesa Custo	Fonte	Valor Previsto Custo Previsto
31409500 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	145	661.280
9601 - Ressarcimento De Despesas De Pessoal Requisitado		661.280
Memória de Cálculo: R\$ 55.105,67 X 12 meses = R\$ 661.280,00 (Conv. - Escolas Indígenas)		
31504300 - Subvenções Sociais	100	34.283.600
9301 - Apos		34.283.600
Memória de Cálculo: R\$ 34.283.600,00		
31900400 - Contratação por Tempo Determinado	100	30.854.220
401 - Salário de Pessoal CLT		2.825.120
Memória de Cálculo: R\$ 235.426,67 X 12 meses = R\$ 2.825.120,00		
405 - Outras Despesas Variáveis		28.029.100
Memória de Cálculo: R\$ 2.335.758,33 X 12 meses = R\$ 28.029.100,00		
31900400 - Contratação por Tempo Determinado	145	92.575.220
401 - Salário de Pessoal CLT		9.445.360
Memória de Cálculo: R\$ 787.113,33 X 12 meses = R\$ 9.445.360,00		
405 - Outras Despesas Variáveis		83.043.210
Memória de Cálculo: R\$ 6.920.267,50 X 12 meses = R\$ 83.043.210,00		
406 - Salário Do Menor Aprendiz		85.650
Memória de Cálculo: R\$ 7.220,83 X 12 meses = R\$ 86.650,00		
31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100	102.305.020
1102 - Vencimentos E Vantagens Fixa dos Cargos De Provta. Efetivo		100.665.230
Memória de Cálculo: R\$ 8.389.019,17 X 12 meses = R\$ 100.668.230,00		
1103 - Vencimentos E Vantagens Dos Cargos Em Comissão - Com Vínculo		61.110
Memória de Cálculo: R\$ 5.092,50 X 12 meses = R\$ 61.110,00		
1105 - Adicional De Férias		806.900
Memória de Cálculo: R\$ 67.241,67 X 12 meses = R\$ 806.900,00		
1110 - Abono De Permanência		648.180
Memória de Cálculo: R\$ 54.015,00 X 12 meses = R\$ 648.180,00		
1112 - Gratificação De Representação		120.600
Memória de Cálculo: R\$ 10.050,00 X 12 meses = R\$ 120.600,00		
31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	145	583.978.210

Confere com o original
SEEG/CTL, em 27/05/2013
Ass. _____



MENSAGEM

Nº047 /2013

Curitiba, 23 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 10/06/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial – TODOS IGUAIS PELA EDUCAÇÃO.

Em consonância com a Política Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em relação ao educando com deficiência, o Programa ora apresentado tem por finalidade transformar a atual política de Governo em uma política de Estado, objetivando atender um anseio antigo de todas as entidades mantenedoras das Escolas, que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial, qual seja, o de equiparação com as escolas da rede comum de ensino no recebimento dos benefícios dos programas existentes na Política Educacional do Paraná.

A iniciativa reafirma a prioridade atribuída pelo Governo do Estado à educação, conferindo condições de acesso, permanência e atendimento educacional para aproximadamente quarenta e dois mil alunos com deficiência que estudam nas referidas escolas.

O Anteprojeto de Lei em apreço vem sedimentar uma Política Educacional de Governo, permitindo que tudo o que, no mínimo, é destinado para o aluno sem deficiência, também deve ser destinado para o aluno com deficiência.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
AJB/Prot. 11.883.581-6



Pela proposta, pretende-se oferecer aos alunos com deficiência a mesma qualidade, variedade e padrão de serviços que são oferecidos aos alunos sem deficiência, incluindo os programas de alimentação e transporte escolar, construção, ampliação e reforma das unidades escolares, suprimento de mobiliários, equipamentos e materiais de capacitação.

Ademais, é importante registrar que a iniciativa vem ao encontro do disposto pela Constituição Federal que preconiza o dever do Estado com a educação mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (art. 208, VII, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Por outro lado, a Constituição Federal prevê, e a Constituição Estadual consolida, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (artigos 208, III e 179, IV respectivamente); além da possibilidade de destinação de recursos públicos às escolas filantrópicas (artigos 213 e 187).

Outrossim, o artigo 217 da Constituição Estadual determina que o Estado incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos, atuantes na política do bem-estar da pessoa com deficiência (dentre outras), devidamente registradas nos órgãos competentes, subvencionando-as com auxílio financeiro e amparo técnico.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS
Governador do Estado em exercício



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 217/2013

Projeto de Lei nº. 217/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 047/13

Súmula: Institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam educação básica na modalidade educação especial denominado "todos iguais pela educação"

EMENTA: PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO PERMANENTE ÀS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL BÁSICA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 13, 65, 66, 87 e 177 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa instituir o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades mantenedoras de escolas que ofertam educação básica na modalidade educação especial denominado "Todos Iguais Pela Educação".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer
Deputado ou Comissão.

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do
Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e
ordinárias cabe a qualquer membro ou
comissão da Assembléia Legislativa, ao
Governador do Estado, ao Presidente do
Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de
Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição.

Inclusive importante destacar que o Poder Executivo possui
plena competência para legislar sobre o assunto a que se refere o presente
projeto de lei, de acordo com o que preceitua o inciso IX, do art. 13 da
Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente
com a União, legislar sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

Ainda, a Constituição do Estado do Paraná dispõe que a
educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida
e incentivada com a colaboração da sociedade, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 177. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ora, insta salientar que o assunto em questão aborda assunto de competência da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, no entanto, a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

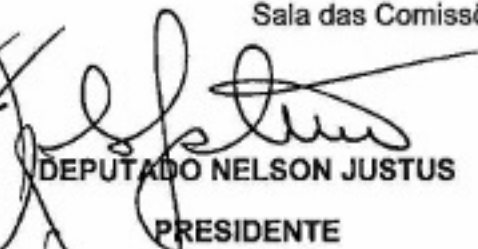
Ademais, há que se observar que o Projeto acompanha o estudo de impacto financeiro, nos termos da Lei Complementar nº 101/2005.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

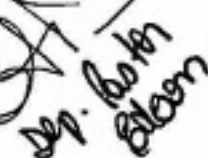
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11/06/13


Dep. Aníbal Khury


Dep. Luciano


Dep. Roberto


Dep. Scaramuzza


Dep. Carmo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 217/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 047/13, que objetiva instituir o Programa Estadual de Apoio Permanente às entidades mantenedoras de Escolas que ofertam educação básica na modalidade educação especial denominado "TODOS IGUAIS PELA EDUCAÇÃO".

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Hermas Brandão Junior, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe apresenta a declaração de ordenador 0741/2013, subscrita pelo Senhor Jorge Eduardo Wekerlin, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, esclarecendo que as despesas estão aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2013, nº17.398 de 18/12/2012, em consonância com o Plano Plurianual 2012 a 2015, Lei nº 17.013 e com o disposto no art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.



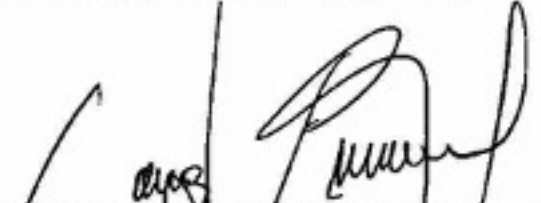
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

CONCLUSÃO


Diante do exposto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.


É o parecer.


Sala das Comissões, 25/06/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR


DEP. WILSON


DEP. ELÍO


DEP. ELÍO





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 217/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 047/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *"instituir o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial denominado TODOS IGUAIS PELA EDUCAÇÃO"*.

A proposta encaminhada tem por finalidade transformar a atual política de Governo em uma política de Estado, objetivando atender as entidades mantenedoras das Escolas, que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial, equiparando com as escolas da rede comum de ensino no recebimento dos benefícios dos programas existentes na Política Educacional do Paraná, conferindo condições de acesso, permanência e atendimento educacional para aproximadamente quarenta e dois mil alunos com deficiência que estudam nas referidas escolas.

A proposta apresentada, não provocará impactos financeiros imediatos, conforme informações do Ordenador de Despesas, desta forma encontra o amparo legal não violando a Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas para instituir o Programa das Escolas de Educação Especial serão elencadas nas Fontes: 116 (Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE); 100 (Ordinário não Vinculada); 145 (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB), e nos Projetos/Atividades: 4095 (Desenvolvimento da Educação); 4097 (Valorização da Educação Básica - Magistério); 4098 (Valorização da Educação Básica – Administração).

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da Administração Estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

Devemos observar que a proposta legislativa encontra-se embasada na Lei de Responsabilidade Fiscal:

"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação Orçamentária e Financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o art. 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 1 de julho de 2013.

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. *Pastor Edso*
RELATOR

~~14/01/2019~~

~~Ann
Elizabeth
Adeline~~



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 217/2013.

Súmula: Institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam educação básica na modalidade Educação Especial denominado "Todos iguais pela Educação".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Adelino Ribeiro

I - RELATÓRIO

Foi colocado para apreciação da Comissão de Educação, em conformidade com o art. 33-G do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, o Projeto de Lei Nº 217/2013, onde o Poder Executivo Estadual pede autorização a esta Casa para Institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam educação básica na modalidade Educação Especial denominado "Todos iguais pela Educação".

Com esse projeto o Governo do Estado tem a finalidade de assegurar aos educandos que possuem deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, em qualquer faixa etária a oferta das etapas da educação infantil, ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos, educação profissional, incluindo gradativamente a educação em tempo integral.

II - VOTO DO RELATOR

A intenção da proposição em apreço é meritória, na medida em que tem claro interesse público, criando uma parceria do Estado do Paraná com as Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam educação básica na modalidade Educação Especial.

Nos termos do art. 42, II, do aludido Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a Presidência da Comissão de Educação nos incumbiu de relatar o Projeto de Lei, a qual expomos nosso voto pela **aprovação da matéria, na forma de Emenda Modificativa**, pois, após a análise quanto ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

37

mérito sob o ponto de vista da área da educação, o projeto de lei é louvável, pela sua conveniência e oportunidade.

Destarte, considerada a relevância da proposição entendendo não existir nada que pudesse obstruir, por parte deste relator, sua deliberação no Plenário Legislativo, o qual manifesto favoravelmente a sua aprovação.

II - CONCLUSÃO E PARECER COMISSÃO

Verificado os pressupostos de conveniência e oportunidade, a Comissão de Educação na qual tem a incumbência de manifestar-se sobre as proposições relativas à educação, visando sempre o interesse público, acompanha o voto do Nobre Relator e manifesta-se pelo parecer favorável ao Projeto de Lei nº 217, de 2013, na forma de Emenda Modificativa.

Sala da Comissão de Educação.
Curitiba, 8 de julho de 2013.

DEP. ANIBELLI NETO

Deputado ELIO RUSCH
Presidente

Deputado Adelino Ribeiro
Relator

DEP. PROF. LEMOS

DEP. PASTOR PRACZYK



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 217/2013

Súmula: Institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam educação básica na modalidade Educação Especial, denominado "Todos Iguais pela Educação".

Autor da Emenda: Deputado Adelino Ribeiro Silva/PSL

Modifica o Inciso II do art. 7º que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º....."

"II - prestar quaisquer esclarecimentos sobre a organização do trabalho pedagógico e a aplicação dos recursos financeiros vinculados ao Programa, inclusive ao Tribunal de Contas do Estado e a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná".

É a Emenda. Sala das Sessões.
Curitiba, 8 de julho de 2013.

DEP. ANIBELLI NETO

DEP. REIS KATO

DEP. PROF. LEMOS

Deputado ELIO RUSCH
Presidente

Deputado Adelino Ribeiro
Relator

PASTOR MACZYK



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - A DAR PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

15 JUL 2013

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 16 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 217, 233, 257, 274, 275 e 303, além do Projeto de Lei Complementar 013, todos do ano de 2013, com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 16 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 217, 233, 257, 274, 275 e 303, além do Projeto de Lei Complementar 013, todos do ano de 2013

Sala das Sessões em, 15 de julho de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

15/44 15/07/2013 086216 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ANTEPROJETO DE LEI 253/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Colorado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Colorado, do imóvel constituído por área total de 602,40 m², com edificação de 167,10 m², conforme Transcrição das Transmissões nº 6.889, do Registro de Imóveis da Comarca de Colorado.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra, no prazo de dois anos, a finalidade estabelecida no *caput* deste artigo.

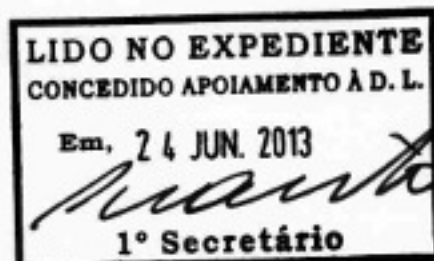
Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 17 de junho de 2013.



CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº59 /2013

Curitiba, 17 de junho de 2013.

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 15/06/2013
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Colorado, do imóvel constituído por área total de 602,40 m², com edificação de 167,10 m², conforme Transcrição das Transmissões nº 6.889, do Registro de Imóveis da Comarca de Colorado.

A presente proposta atende ao interesse público, pois aquele Município pretende utilizá-lo para a realização de projetos destinados à prestação de serviços públicos.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para os fins previstos, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo também retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.821.552-4



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI 253/2013

Projeto de Lei nº 253/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 59/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Colorado.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE COLORADO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE AFERIDA - APROVAÇÃO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 59/2013, visa efetuar a doação ao município de Colorado, do imóvel constituído por área total de 602,40m², com edificação de 167,10m², conforme Transcrição das Transmissões nº 6889, do Registro de Imóveis da Comarca de Colorado, de propriedade do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

! – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



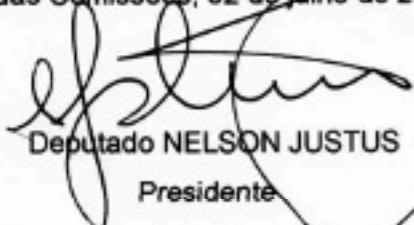
Ademais, verifica-se presente a cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado CAIO QUINTANA
Relator






































































































































































































































































































































































PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 253/2013

Projeto de Lei nº 253/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 059/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Colorado.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 253/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 059/2013**, objetiva efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, ao Município de Colorado no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal, da área constituída por 602,40 m², conforme transcrição das Transmissões nº 6.889 do Registro de Imóveis da Comarca de Colorado-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 253/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Colorado no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser doada será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, o investimento em uma área como esta, atende diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 253/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 059/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "*A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 253/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Colorado, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 253/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 08 de julho de 2013.

Jonas Guimarães
Adelino Ribeiro
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Teruo Kato
TERUO KATO
Relator
Pastor Edson Praczyk
Elton Welter
Tercílio Turini



ANTEPROJETO DE LEI 254/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Jandaia do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Jandaia do Sul, do lote de terras urbanos sob nºs 296-A; 296-A1; 296-A3; 296-A5; 296-C; 296-A4/Remanescentes-B "A" e B "B", com área de 4.159,63 m², Matrícula sob nº 7.737, registrada no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

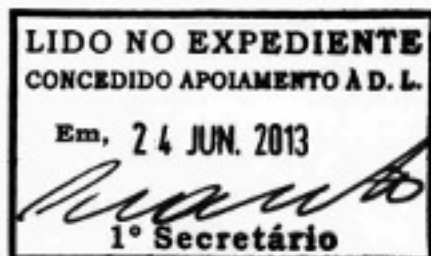
Art. 3º O município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel também retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 17 de junho de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 060/2013

Curitiba, 17 de junho de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em, 15/06/2013
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Jandaia do Sul, do lote de terras urbanas sob nºs 296-A; 296-A1; 296-A3; 296-A5; 296-C; 296-A4/Remanescentes-B "A" e B "B", com área de 4.159,63 m², Matrícula sob nº 7.737, registrada no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, para instalação de serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo também retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.907.060-0



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI 254/2013



Projeto de Lei nº 254/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 60/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Jandaia do Sul.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 60/2013, visa efetuar a doação ao município de Jandaia do Sul, dos imóveis que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

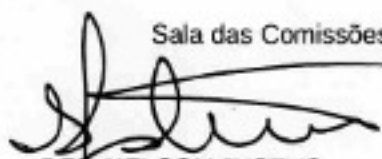


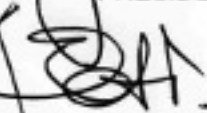
Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 02 de julho 2013.

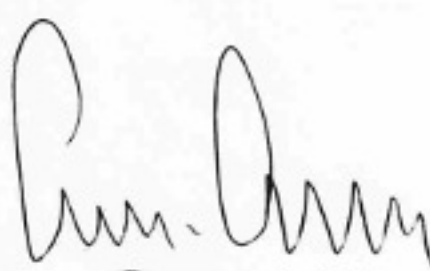

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



Dep. Furini


Dep. Walter


Dep. Kumpion


Dep. CURI

APROVADO

02107113 



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 254/2013

Projeto de Lei nº 254/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 060/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Jandaia do Sul.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 254/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 060/2013**, objetiva efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, ao Município de Jandaia do Sul no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal, da área constituída por 4.159,63 m², conforme matrícula nº 7.737, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 254/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Jandaia do Sul no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser doada será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, o investimento em uma área como esta, atende diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercilio Turini; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 254/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 060/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 254/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Jandaia do Sul, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 254/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 08 de julho de 2013.

Jonas Guimarães
Adelino Ribeiro
FRANCISCO BUHNER
Presidente da Comissão
TERCÍLIO TURINI
Relator
Teruo Kato
Pastor Edson Praczyk
Elton Welter



ANTEPROJETO DE LEI

255/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Campina Grande do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Campina Grande do Sul, do Lote 02-A da Quadra 27, com Matrícula nº 21.747 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

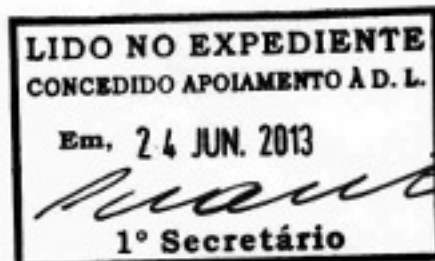
Art. 2º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 17 de junho de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº061/2013

Curitiba, 17 de junho de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em, 19/06/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Campina Grande do Sul, do Lote 02-A da Quadra 27, com Matrícula nº 21.747 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

A presente proposta atende ao interesse público, pois aquele Município pretende utilizá-lo para a realização de projetos destinados à prestação de serviços públicos.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei consta dispositivo expresso de que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do imóvel, caso contrário o referido imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.781.333-9



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 255/2013

Projeto de Lei nº 255/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 61/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Campina Grande do Sul.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 61/2013, visa efetuar a doação ao município de Campina Grande do Sul, do Lote 02-A, Quadra 27, Matrícula 21.747 do 9º Ofício de Registro de Imóveis de Curitiba, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se a possibilidade de retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de não regularização no prazo de 02 anos, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR











APROVADO

02/07/2013



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 255/2013

Projeto de Lei nº 255/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 061/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Campina Grande do Sul.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 255/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 061/2013**, objetiva efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, ao Município de Campina Grande do Sul no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal, da área constituída pelo Lote 02-A da Quadra 27, conforme descrito na matrícula nº 21.747 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 255/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Campina Grande do Sul no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser doada será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, o investimento em uma área como esta, atende diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercilio Turini; Deputado Teruo Kato.



Cumprе a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 255/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 061/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 255/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Campina Grande do Sul, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

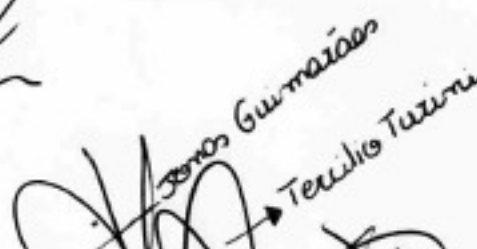
Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 255/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 08 de julho de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão



JONAS GUIMARÃES
Relator


Teruo Kato


Tercílio Turini


Pastor Edson Praczyk


Elton Welter


Adelino Ribeiro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO D. L.

Em, 26 JUN. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI nº 266/2013

Súmula- Declara de Utilidade Pública Estadual a
"Associação dos Agricultores das Comunidades de Rio
das Pedras B e Colônia Cachoeira", com sede e foro no
Município de São Mateus do Sul.

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a "Associação dos
Agricultores das Comunidades de Rio das Pedras B e Colônia Cachoeira",
com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de Junho de 2013.


NELSON JUSTUS
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar a Utilidade Pública da **Associação dos Agricultores das Comunidades de Rio das Pedras B e Colônia Cachoeira**, uma vez que tal instituição desenvolve atividades de interesse da comunidade na área de cultura, meio ambiente e pesquisa.

Tais atividades são desenvolvidas nas Comunidades de Rio das Pedras B e Colônia Cachoeira e Rosas, auxiliando os agricultores da região.

Assim, contamos com o apoio dos nobres para a aprovação do presente projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 266 /2013

Projeto de Lei nº. 266/2013
Autor: Deputado Nelson Justus

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "Associação dos Agricultores das Comunidades de Rio das Pedras B e Colônia Cachoeira", com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a "Associação dos Agricultores das Comunidades de Rio das Pedras B e Colônia Cachoeira", com sede e foro no Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social e cultural, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da pesquisa, da cultural, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 02 de Julho de 2013.

DEPUTADO CAITO QUINTANA
VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

02/0

Dep. CURI

Dep. Lauriston



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 274/13

Súmula: Aprova crédito suplementar ao vigente orçamento Geral do Estado, conforme específica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.***

Art. 1º Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 429.560,00 (quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do excesso de arrecadação da Fonte 118 – Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 4º Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º, fica criado o Programa de Obras, conforme Anexo III desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 01 de julho de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I				Fl. 01	
		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza do Despesa	Fonte	Gr.	ALO	Valor	N.do Proc COP
1500	CASA MILITAR						
1501	GABINETE DO SECRETÁRIO						
3008	GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - DEFESA CIVIL						
	- BIRD	44905100	118	01	L	429.560	0742
TOTAL						429.560	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO II				Fl. 02	
		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr.			Valor	Processo
1921.08.00	Indenização por Dano ao Meio Ambiente	118	01			429.560	0742
TOTAL						429.560	

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO III				Fl. 03	
		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr.	ALO		Valor	Processo
1500	CASA MILITAR						
1501	GABINETE DO SECRETÁRIO						
3008	GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - DEFESA CIVIL						
	- BIRD						
132	Antonina						
0001	Elaborar projeto, executar e ampliar o Centro de Gerenciamento de riscos e desastres em Antonina	118	01	L		59.240	0742
362	Guaraqueçaba						
0003	Elaborar projeto, executar e ampliar o Centro de Gerenciamento de riscos e desastres em Guaraqueçaba	118	01	L		192.500	0742
364	Guaratuba						
0002	Elaborar projeto, executar e ampliar o Centro de Gerenciamento de riscos e desastres em Guaratuba	118	01	L		177.820	0742
TOTAL						429.560	

MENSAGEM
Nº66 /2013

Curitiba, 01 de julho de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 08 JUL. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.


Em, 02/07/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 429.560,00 (quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta reais), ao vigente orçamento da Casa Militar, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, visando atender despesas com a reestruturação dos Centros Municipais de Gestão de Riscos e Desastres da Defesa Civil de Guaraqueçaba, Antonina e Guaratuba, em decorrência do Acordo Judicial firmado entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado do Paraná, a Justiça Federal, o Instituto Ambiental do Paraná e a PETROBRAS, em virtude do rompimento do duto OLAPA ocorrido no litoral paranaense.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes do excesso de arrecadação da Fonte 118 – Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.033.349-6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 274/2013

Projeto de Lei nº. 274/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 66/2013

Súmula: Aprova crédito suplementar ao vigente Orçamento Geral do Estado, conforme especifica.

EMENTA: APROVA CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 429.560,00 AO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 066/2013, tem como objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 429.560,00 (quatrocentos e vinte nove mil quinhentos e sessenta reais), ao vigente orçamento Geral do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar, nos termos do artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação provenientes da fonte 118 – Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Comissão de Constituição e Justiça

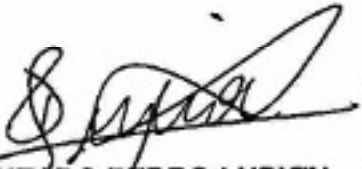


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR








APROVADO

09.07.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 274/13

RELATÓRIO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 066/13, que objetiva aprovar crédito suplementar, no valor de R\$429.560,00 (quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta reais), ao vigente orçamento da Casa Militar, aprovado pela Lei nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa objetiva atender despesas com a reestruturação dos Centros Municipais de Gestão de Riscos e Desastres da Defesa Civil de Guaraqueçaba, Antonina e Guaratuba.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, esclarece em sua justificativa que os recursos para cobertura da referida programação são provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 118 – Recursos Proveniente de Indenização da PETROBRAS. Nessa esteira a matéria não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.


Vale ressaltar ainda, que a proposta em tela está em consonância com os artigos 40, 41, inciso I, 43 e 46, todos da Lei Federal nº 4.320/1964.

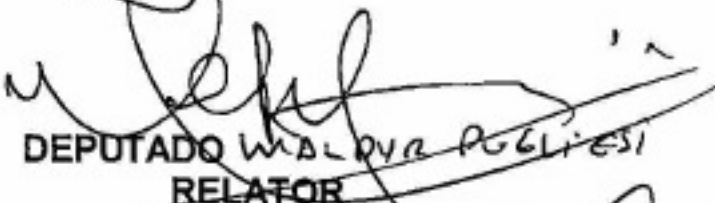
CONCLUSÃO


Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


É o parecer.

Sala das Comissões, 10/07/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR AGUIAR
RELATOR


DER ACIOLLI


DER ELIO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



REQUERIMENTO

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 274/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 274/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 066/13.

Sala das Sessões, em 10 de julho de 2013.


Deputado Ademir Traiano

Anotar-se e encaminhar-se
Para Providências
DL, 11/7/13

16:27 10/07/2013 006606 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 274/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 066/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “*aprovar a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 429.560,00 (quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta reais)*”, visando atender despesas com a reestruturação dos Centros Municipais de Gestão de Riscos e Desastres da Defesa Civil de Guaraqueçaba, Antonina e Guaratuba, em decorrência do Acordo Judicial firmado entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado do Paraná, a Justiça Federal, o Instituto Ambiental do Paraná e a Petrobras, em virtude do rompimento do duto OLAPA ocorrido no litoral paranaense.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2013, dispondo sobre ajuste no Orçamento do Estado.

Os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de arrecadação da Fonte 118 – Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS.

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:



"Art. 135 São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I, II e III.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

Sala de Reunião das Comissões, em 15 de julho de 2013.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP. FRANCISCO BÜHNER
RELATOR


Élio Rusch
Jonas


Pastor Edson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - A DAR PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

15 JUL 2013

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 16 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 217, 233, 257, 274, 275 e 303, além do Projeto de Lei Complementar 013, todos do ano de 2013, com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 16 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 217, 233, 257, 274, 275 e 303, além do Projeto de Lei Complementar 013, todos do ano de 2013

Sala das Sessões em, 15 de julho de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

15/44 15/07/2013 086216 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 275/13

Súmula: Dispõe sobre o parcelamento de débitos do ESTADO DO PARANÁ com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos seguintes débitos do Estado do Paraná com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pela Parana Previdência, observado o disposto nos artigos 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com a redação das Portarias MPS nº 21/2013 e 307/2013:

I - os débitos oriundos das contribuições legalmente instituídas, devidas pelo ente federativo e não repassadas à unidade gestora do RPPS até o seu vencimento, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, com amparo no "caput" do art. 5º da Portaria MPS nº 402/2008;

II - os débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias e relativos a períodos até fevereiro de 2013, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, com amparo no § 6º do art. 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008.

Art. 2º Para apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, acrescido de juros de 5,75% (cinco vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, com dispensa da multa.

§ 1º As parcelas vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros de 5,75% (cinco vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

§ 2º As parcelas vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros de 5,75% (cinco vírgula setenta e cinco por cento) ao ano e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento da parcela até o mês do efetivo pagamento.

Art. 3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Estados como garantia de pagamento das parcelas acordadas no termo de parcelamento de que



PARANÁ


GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

trata o inciso II do art. 1º desta Lei e das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, com base no § 5º do art. 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008.

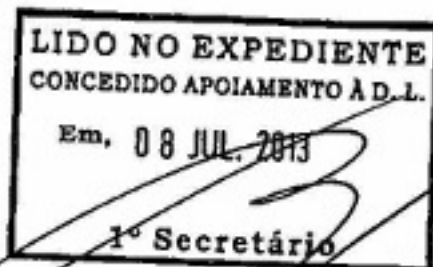
Parágrafo único. A garantia de vinculação do Fundo de Participação dos Estados deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 08 de julho de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 067 /2013

Curitiba, 08 de julho de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 08/07/2013

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o parcelamento, conforme especifica, dos seguintes débitos do Estado do Paraná com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pela ParanaPrevidência, observado o disposto nos artigos 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com a redação das Portarias MPS nº 21/2013 e 307/2013:

I - os débitos oriundos das contribuições legalmente instituídas, devidas pelo ente federativo e não repassadas à unidade gestora do RPPS até o seu vencimento, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, com amparo no "caput" do art. 5º da Portaria MPS nº 402/2008;

II - os débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias e relativos a períodos até fevereiro de 2013, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, com amparo no § 6º do art. 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008.

O Ministério da Previdência Social, na qualidade de agente fiscalizador dos Regimes Próprios de Previdência Social, por meio da Portaria nº 402/2008, com a redação dada pelas Portarias nº 21/2013 e 307/2013, estabelece critérios para a realização de parcelamento dos débitos dos Estados e dos Municípios perante seus respectivos Regimes Próprios de Previdência Social.

Com efeito, dispõe o "caput" do art. 5º e o seu inciso I, da Portaria MPS nº 402/2008 que as contribuições previdenciárias devidas pelo ente

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.12.027.670-0



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

federativo e não repassadas à unidade gestora do RPPS poderão ser parceladas em até 60 (sessenta) prestações mensais. Dentre estas contribuições, incluem-se as patronais, os aportes para amortização de déficit atuarial e o custeio da taxa de administração.

Recentemente, a Portaria MPS nº 307/2013 alterou o § 6º do art. 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, para autorizar o parcelamento dos débitos do ente federativo com o RPPS não decorrentes de contribuições previdenciárias e relativos a períodos até fevereiro de 2013, em até 60 (sessenta) prestações mensais.

Para as hipóteses de parcelamento do § 6º do art. 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, exige-se a vinculação do Fundo de Participação dos Estados como garantia de pagamento das parcelas acordadas nos respectivos termos de parcelamento e das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento. Isso com base no § 5º e nos respectivos incisos, ambos do art. 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008.

Ressalte-se, ainda, que a Portaria MPS nº 402/2008 exige lei autorizando a realização do parcelamento previsto no § 6º do art. 5º-A.

Exige-se, também, que a lei autorizativa do parcelamento preveja os critérios de atualização monetária e de cálculo de juros, bem como a fixação de multa ou a sua dispensa, na forma dos incisos II e IV do art. 5º e do § 2º do art. 5º-A, ambos da referida Portaria MPS nº 402/2008.

O presente Anteprojeto de Lei objetiva, portanto, dar condições para que o Estado do Paraná, aproveitando os benefícios previstos na Portaria MPS nº 402/2008, possa realizar o parcelamento dos eventuais débitos existentes perante o seu Regime Próprio de Previdência Social.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 08 JUL. 2013

1º Secretário

REQUERIMENTO

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 275/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 275/2013, oriundo da Mensagem Governamental nº 067/13.

Sala das Sessões, em 08 de julho de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**

Caline Gondim
Coord. Adm.
CCJ
Realizado
09/07/13

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 9/7/13



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 275/2013

Projeto de Lei nº 275/2013

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 067/2013

REGIME DE URGÊNCIA

Súmula: Dispõe sobre o parcelamento de débitos do ESTADO DO PARANÁ com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

EMENTA: TRIBUTOS. DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO ESTADO DO PARANÁ COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS. POSSIBILIDADE. ART. 24, I, E ART. 61, § 1º, II, "b" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 1º, 2º E 8º XIV DO DECRETO Nº. 2.838 DE 1997 - SEFA. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 66, IV. LEGALIDADE. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o parcelamento de débitos do estado do Paraná com seu regime próprio de previdência social – RPPS.

VISTA EM 09/10/13

Dep. Plácido de Assis Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

A **Constituição Federal** determina especificamente a competência de cada ente federativo e, no caso em tela, observa-se que a competência do Estado é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, é importante ressaltar os seguintes dispositivos da referida Carta Magna:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária; (grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, conseqüentemente, deve-se ressaltar a competência privativa do Governador do Estado; uma vez que a **Constituição Estadual** assim preceitua:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)

Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



o ordenamento jurídico vigente; uma vez que é de competência do Poder Executivo.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de julho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Deps. *Pericles*
Mello

Elton Welton

10/07/13

APROVADO

10/07/13 *Dj*

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 275/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 067/13, que objetiva dispor sobre débitos do Estado do Paraná com seu Regime Próprio de Previdência social – RPPS, gerido pela Parana Previdência, observado o disposto nos artigos 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com a redação das Portarias MPS nº 21/2013 e 307/2013.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

A Constituição Federal em seu art. 24, inciso I, assevera a competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe esclarece em sua justificativa que a proposta visa proporcionar condições ao Estado do Paraná de realizar o parcelamento dos eventuais débitos existentes perante o seu Regime Próprio de Previdência Social.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

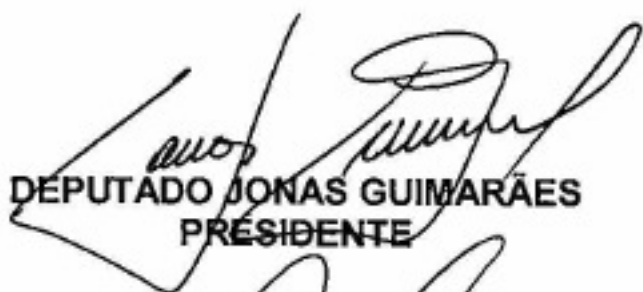


CONCLUSÃO

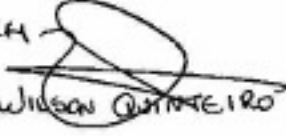
Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

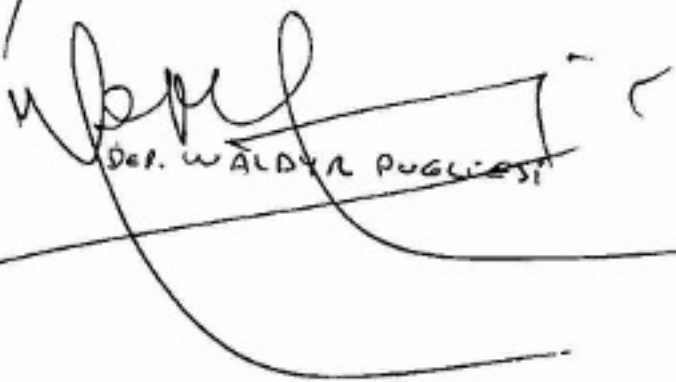
É o parecer.

Sala das Comissões, 10/07/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELVIVUSCH
RELATOR


DEP. WILSON QUINTEIRO


DEP. WALDYR PUGLIESI



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 275/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 067/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “dispor sobre o parcelamento de débitos do Estado do Paraná com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS”.

A proposta encaminhada tem por finalidade fixar regras e procedimentos dando condições para que o Estado do Paraná, aproveitando os benefícios na Portaria MPS n.º 402/2008, possa realizar o parcelamento dos eventuais débitos existentes perante o seu Regime Próprio de Previdência Social.

A presente medida autoriza a vinculação do Fundo de Participação dos Estados – FPE como garantia, constando com cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o art.33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, em 15 de julho de 2013.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP. FRANCISCO BÜTHLER
RELATOR


Élio Rusch


Pastor Edson


Jonas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - A DAR PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

15 JUL 2013

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 16 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 217, 233, 257, 274, 275 e 303, além do Projeto de Lei Complementar 013, todos do ano de 2013, com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 16 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 217, 233, 257, 274, 275 e 303, além do Projeto de Lei Complementar 013, todos do ano de 2013

Sala das Sessões em, 15 de julho de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

15/44 15/07/2013 08:26:16 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Handwritten signatures and initials of deputies, including:
- 12 (circled)
- 11
- 10
- 9
- 8
- 7
- 6
- 5
- 4
- 3
- 2
- 1
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50
- 51
- 52
- 53
- 54
- 55
- 56
- 57
- 58
- 59
- 60
- 61
- 62
- 63
- 64
- 65
- 66
- 67
- 68
- 69
- 70
- 71
- 72
- 73
- 74
- 75
- 76
- 77
- 78
- 79
- 80
- 81
- 82
- 83
- 84
- 85
- 86
- 87
- 88
- 89
- 90
- 91
- 92
- 93
- 94
- 95
- 96
- 97
- 98
- 99
- 100